“A LITERATURA É A MEMÓRIA
QUE NUNCA MARCHA EM SILÊNCIO.”

Ao longo dos anos, as obras da ALMEPAR reúnem textos de Acadêmicos, convidados e vencedores de Concursos Literários, refletindo a diversidade de pensamentos, talentos e experiências que enriquecem a cultura e fortalecem a palavra escrita.

São páginas que inspiram, unem gerações e preservam a memória literária, celebrando a criatividade e o compromisso com a arte de escrever.

ALMEPAR
DESDE 2018

RESGATANDO MEMÓRIAS.
VALORIZANDO A LITERATURA.
FORTALECENDO A NOSSA HISTÓRIA E
AS TRADIÇÕES MILITARES ESTADUAIS.

www.almepar.org.br

ANTOLOGIA LITERÁRIA

EDIÇÃO COMEMORATIVA
AO 8º ANIVERSÁRIO



2026

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Catalogação: Lívia Maria Nogas Dimbarre CRB-9/1302)

A636 Antologia literária: edição comemorativa ao 8º Aniversário / Coordenadores: Gerson Luiz Buczenko, Marcelo Trevisan Karpinski, Rita do Rocio Alves dos Santos; Revisão: João Carlos Toledo Júnior – 1. ed. – Curitiba, PR: ALMEPAR, 2026.
79 p.: il. color.

Inclui bibliografia e notas
ISBN 978-85-67319-22-3

1. Literatura brasileira – Coletâneas. 2. Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná (ALMEPAR). I. Buczenko, Gerson Luiz. II. Karpinski, Marcelo Trevisan. III. Santos, Rita do Rocio Alves dos. IV. Título.

CDD B869.08
B869.85

Coordenadores

Ten.-Cel. PM Veterano Gerson Luiz Buczenko - Membro Efetivo da ALMEPAR

Maj. QOEM PM Marcelo Trevisan Karpinski - Membro Efetivo e Fundador da ALMEPAR

1º Sgt. PM Veterana Rita do Rocio Alves dos Santos - Membro Efetivo da ALMEPAR

Revisão:

Ten.-Cel. QOEM PM João Carlos Toledo Júnior – Membro Efetivo e Fundador da ALMEPAR

Capa: Cel. PM Veterano Waldick Alan de Almeida Garrett

Projeto gráfico, editoração e impressão:

Tiragem

200 exemplares

Número do ISBN: 978-85-67319-22-3 Prefixo Editoral: ALMEPAR
ALMEPAR
Reconhecida como utilidade pública municipal
Curitiba (Lei nº 16.092, de 21 de novembro de 2022)
Reconhecida como utilidade pública estadual
(Lei nº 21523, de 19 de junho de 2023)
4ª Antologia Literária comemorativa ao
8º Aniversário da ALMEPAR

Patrono: Capitão PM João Alves da Rosa Filho

Diretoria Executiva (Período 2024 – 2026):
Presidente: Cel. PM Veterano Antônio Celso Mendes;
Vice-Presidente: Cel. PM Veterano Irineu Ozires Cunha;
Diretor de Cultura e Eventos: Cel. PM Veterano Waldick Alan de Almeida Garrett;
Secretário: Tenente-Coronel QOEM PM João Carlos Toledo Júnior;
Bibliotecário: Major QOEM PM Rodolfo Kredens Silva;
Tesoureiro: Major QOEM PM Adirley Wittkowski.

Conselho Fiscal (Período 2024 - 2026)
Major QOEM PM Marcelo Trevisan Karpinski;
2º Sgt. QPBM Marlon Ricardo de Assis Bastos;
2º Sgt. QP PM Joelson Carvalho de Souza.

Distribuição gratuita

Proibida a venda em qualquer formato de apresentação.
Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma de divulgação, sem a prévia autorização da ALMEPAR.
A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei Federal nº 9.601/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal Brasileiro.
Direitos exclusivos dos autores.
Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná
Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 1552, Curitiba – PR, CEP: 80.230-110
www.almepar.org.br, almepar2018@gmail.com

ACADÊMICOS

Cadeira – 1
Patrono: Cel. PM Cândido Dulcídio Pereira
Acadêmico: Cel. PM Veterano Antônio Celso Mendes

Cadeira – 2
Patrono: Cel. PM Carlos Bardelli
Acadêmico: Cel. PM Veterano Janary Maranhão Busmann

Cadeira – 3
Patrono: Ten.-Cel. PM Luiz Bompeixe Carstens
Acadêmico: Cel. PM Veterano Irineu Ozires Cunha

Cadeira – 4
Patrono: Cap. PM João Alexandre Busse
Acadêmico: Cel. PM Veterano Élio de Oliveira Manoel

Cadeira – 5
Patrono: Ten.-Cel. PM Augusto de Almeida Garrett
Acadêmico: Cel. PM Veterano Waldick Alan de Almeida Garrett

Cadeira – 6
Patrono: Cel. PM. Luiz Gonzaga da Rocha
Acadêmico: Coronel QOEM PM Pedro Paulo Porto de Sampaio

Cadeira – 7
Patrono: Cel. PM Felippe de Sousa Miranda
Acadêmico: Maj. QOEM PM Caroline Bail Rodrigues

Cadeira – 8
Patrono: Cel. PM. Anselmo José de Oliveira
Acadêmico: Maj. QOEM PM Fábio Antonio Matucheski Zarpelon

Cadeira – 9
Patrono: Cel. PM Joaquim Antônio de Moraes Sarmento
Acadêmico: Coronel QOEM PM Marco Antonio da Silva

Cadeira – 10
Patrono: Cel. BM Sílvio Van Erven
Acadêmico: Coronel QOEM PM Valmir de Souza

Cadeira – 11
Patrono: Cel. PM Guaraci Moraes Barros
Cap. QOEM PM Danilo Alexandre Mori Azolini

Cadeira – 12
Patrono: Cel. PM Dagoberto Dulcídio Pereira
Acadêmico: Ten.-Cel. QOEM PM João Carlos Toledo Júnior

Cadeira – 13
Patrono: Cel. PM Abelmídio de Sá Ribas
Acadêmico: Maj. QOEM PM Rodolfo Kredens Silva

Cadeira – 14
Patrono: Cel. PM José Scheleder
Acadêmico: Maj. QOEM PM Marcelo Trevisan Karpinski

Cadeira – 15
Patrono: Cel. PM João Gualberto Gomes de Sá Filho
Acadêmico: Maj. QOEM PM Adirley Wittkowski

Cadeira – 16
Patrono: Cel. PM Pedro Scherer Sobrinho
Acadêmico: 1º Sgt. QP PM 1-0 Robyson Danilo Carneiro

Cadeira – 17
Patrono: 1º Ten. PM Floriano Napoleão Brasil Miranda
Acadêmico: Subten. PM Veterano Izaquiel Leal Miranda

Cadeira – 18
Patrono: 2º Ten. BM Herbert Munhoz Van Erven
Acadêmico: 2º Sgt. QPBM Marlon Ricardo de Assis Bastos

Cadeira – 19
Patrono: Cel. PM Orlando Xavier Pombo
Acadêmico: 2º Sgt. QP PM Joelson Carvalho de Sousa

Cadeira – 20
Patrono: Cel. PM Antonio Michaliszyn
Acadêmico: Ten.-Cel. PM Veterano Gerson Luiz Buczenko

Cadeira – 21
Patrono: Presidente Carlos Cavalcanti de Albuquerque
Acadêmico: Ten.-Cel. PM Veterano Mauricio Correa Pimentel Machado

Cadeira – 22
Patrono: Cel. PM Carlos Octavio Valente Aymore
Acadêmico: vaga.

Cadeira – 23
Patrono: 1º Sgt. PM Modesto Mariano de Brito
Acadêmica: 1º Sgt. PM Veterana Rita do Rocio Alves dos Santos

MEMBROS CORRESPONDENTES

Cel. PMSC Veterano Roberto Rodrigues Menezes:
Membro Efetivo/Fundador e 1º Presidente da Academia de Letras dos Militares Estaduais de Santa Catarina – ALMESC;
Membro Efetivo/Fundador e 1º Presidente da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Brasil e Distrito Federal – ALMEBRAS.

Jorge César de Assis
Advogado inscrito na OAB/PR;
Membro aposentado do Ministério Público Militar da União e do Ministério Público – PR;
Oficial da reserva não remunerada da PMPR (Capitão PM);
Sócio Fundador da Associação Internacional de Justiças Militares;
Coordenador da Biblioteca de Estudos de Direito Militar da Editora Juruá;
Administrador do site: www.jusmilitaris.com.br.

Ernani Buchmann
1º Presidente do Observatório da Cultura Paranaense
Presidente da Academia Paranaense de Letras
Advogado inscrito na OAB/PR

Coronel da BMRS Veterano Ubirajara Anchieta Rodrigues
Membro Efetivo da Academia Brigadiana de Letras – ABRIL;
Membro Correspondente da Academia de Letras dos Militares Estaduais de Santa Catarina – ALMESC;
Membro Efetivo e 2º Presidente da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Brasil e Distrito Federal – ALMEBRAS.

Coronel da PMMA Veterano Carlos Augusto Furtado Moreira
Membro Efetivo/Fundador e Presidente da Academia Maranhense de Ciências, Letras e Artes Militares – AMCLAM;
Membro Efetivo e Presidente da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Brasil e Distrito Federal – ALMEBRAS.

Agradecimentos

Primeiramente a Deus, por sua imensa misericórdia em permitir a elaboração desta obra e por ter derramado suas bênçãos em prol do crescimento profissional e intelectual da ALMEPAR.

Ao Exmo. Sr. Comandante-Geral da PMPR, ao Exmo. Sr. Comandante-Geral do CBMPR, aos Exmos. Srs. Presidentes da AVM, da ASSOFEPAR, da AMAI e do Clube dos Oficiais da PMPR, pelo apoio irrestrito à ALMEPAR desde a sua criação no ano de 2018.

Ao Cel. PM Veterano Waldick Alan de Almeida Garrett *pelo apoio na formatação da capa da obra.*

Por fim, a todos os Membros Efetivos e Membros Correspondentes da ALMEPAR pela disponibilização dos materiais cedidos para publicação na presente obra.

Sumário

1. Os referenciais da matemática - ***Coronel PM Veterano Antônio Celso Mendes*** 10
2. Conhecimento de fato contrário à disciplina: uma análise do art. 12 do Decreto Federal n° 4.346/2002, Regulamento Disciplinar do Exército - ***Coronel PM Veterano Irineu Ozires Cunha***..... 12
3. Isenção da contribuição previdenciária lei estadual nº 20.641/2021 do Paraná uma análise à luz dos princípios da Dignidade Humana, Capacidade Contributiva e Proteção Social — com jurisprudência do TJPR (2026) - ***Coronel. PM Veterano Élio de Oliveira Manoel***..... 19
4. Sonali & Rose - ***Coronel PM Veterano Waldick Alan de Almeida Garrett***.....26
5. Suicídio entre policiais militares - ***Coronel QOEM PM Marco Antonio da Silva***.....41
6. Hino da cidade da Lapa/PR - ***Ten.-Cel. QOEM PM João Carlos Toledo Júnior***.....46
7. Carta ao Eterno Cadete - ***Major QOEM PM Marcelo Trevisan Karpinski***.....48
8. Reflexões sobre a participação popular nas ações de polícia - ***Maj. QOEM PM Adirley Wittkowski*** 52
9. Acordo de não persecução penal Justiça Estadual -1***º Sgt. QP PM Robyson Danilo Carneiro***..... 57
10. A história do Capitão PM Clementino Paraná - Subten. PM Veterano Izaquiel Leal Miranda..... 64
11. A presença da China em nosso cotidiano - ***Tenente-Coronel PM Veterano Gerson Luiz Buczenko***.....71
12. Poesias – A Magia do Mar e Outras ***1º Sgt. PM Veterana Rita do Rocio Alves dos Santos*** 76

APRESENTAÇÃO

Segundo professa o pensamento oriental, a sustentação do Universo tem muito a ver com o número oito, ora expressando o feminino e o masculino o *yin e o yang*, o negativo e o positivo, o elétron e o pósitron, conforme a figura coreana de um oito inclinado. Contudo, o oito significa ainda o infinito, ou o sem limites da eternidade e a energia inalterável de um universo que sempre se renova. No cristianismo ele representa a ressurreição de Cristo, o sacrifício de um cordeiro eterno que sempre absolve as falhas da existência, ao sair do nada para o ser.

Para nós, integrantes da ALMEPAR, a Academia dos Militares Estaduais do Paraná, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, ele significa o esforço de oito anos desde a sua criação, o labor constante de seus integrantes, de maneira contribuir no panorama intelectual do Estado, como integrante fundadora do Observatório da Cultura do Paraná, dentro do qual vem contribuindo de forma periódica.

Dessa forma, estamos todos de parabéns pelo transcurso desta efeméride, na qual só nos cabe agradecer a Santo Agostinho, nosso protetor, pelo trabalho intelectual de todos os seus integrantes.

Cel. PM Veterano Antonio Celso Mendes,
Presidente da ALMEPAR

OS REFERENCIAIS DA MATEMÁTICA



Coronel PM Veterano Antônio Celso MENDES[1]

A matemática ou ciência dos números, constitui-se a partir de relações abstratas, virtuais, constatadas na experiência de nossa razão, pela quantidade, uma categoria da realidade. É um trabalho puramente inédito a partir das relações que alguns gênios estabelecem, na intenção de compreender o fato de que o Universo seja tão preciso em suas estruturas.

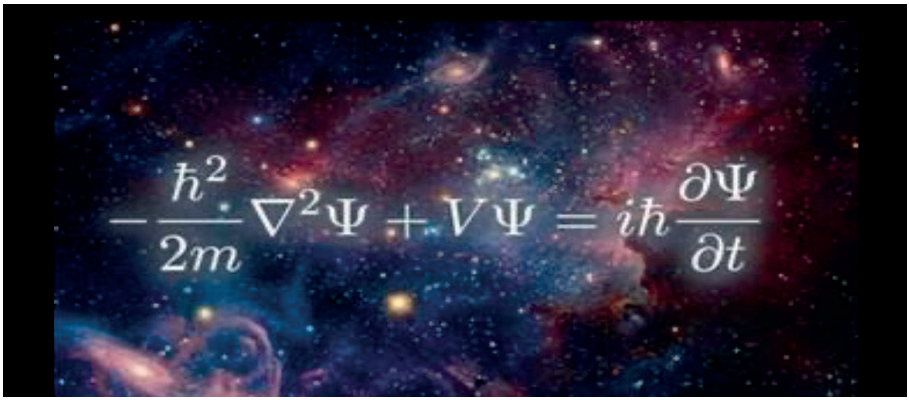
Para começar, o famoso teorema de PITÁGORAS (Sec. V. a. C.) foi estabelecido a partir das áreas adjacentes do triângulo retângulo, no qual os catetos apresentam quadrados cuja soma representa o dobro do quadrado da hipotenusa. Daí a fórmula $A^2=B^2+C^2$ na qual está simbolizada a área adjacente da hipotenusa e B e C representam as áreas quadradas relativas aos catetos.

No que respeita à famosa fórmula de EINSTEIN $E=mc^2$, na qual a energia se relaciona com a matéria, representando que ela pretende concluir que, com a aceleração da matéria, multiplicada pelo quadrado da velocidade da luz, torna-se possível constatar que matéria e energia são intercambiáveis, como também passa a indicar que uma pequena parcela de matéria tem muita potencialidade energética.

---

[1] Militar Estadual Inativo (Cel. PM Ref.). Foi Chefe da Casa Militar do Paraná e Chefe do Estado-Maior da PMPR. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba, Mestre e Doutor em Direito pela UFPR. Professor de Filosofia do Direito e de Hermenêutica Jurídica na PUC/PR. Membro do Centro de Letras do Paraná, do Círculo de Estudos Bandeirantes e da Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas (RJ). Autor de várias obras. Membro Fundador, Efetivo e Presidente da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná (ALMEPAR). Membro da Academia de Letras do Paraná (Cadeira – 34, Patrono: Júlio David Perneta). Membro Efetivo e Fundador da Academia de Letras dos Militares Estaduais e Distrito Federal (ALMEBRAS).

Por outro lado, a famosa equação de ERWIN SCHRÖDINGER[2] tem por finalidade caracterizar a função de onda, ou seja, o aspecto eletrônico do salto quântico, que permitiria a localização do elétron dentro do átomo. O símbolo central da fórmula é letra grega (fi), presente em ambos os lados da equação. No primeiro lado, representa a energia cinética da onda do elétron. Já o segundo lado representa a energia potencial resultante (V) no mesmo elétron. Ora, tudo isso resulta muito estranho ao pretender explicar a intensidade do salto quântico que o elétron executa, ao mudar a sua colocação no átomo.



Fórmula de Erwin Schoredinger (1887- 1961)

Como se observa, a exatidão com que os fenômenos cósmicos se manifestam, levaram muitos cientistas a indagar se DEUS não seria um matemático (Cfr. MARIO LIVIO, DEUS é Matemático? Ed Record, RJ. 2010). Contudo, como pela razão, em DEUS tudo é mistério, só nos cabe reconhecer que se o Universo não tivesse esta precisão, nós não estaríamos aqui para constatar Sua Existência. Por isso, só nos resta o caminho da fé, que procura explicar tudo de outra forma e não aquela pela razão, cuja utilidade é para nós apenas como um instrumento que nos serve apenas para constituir nosso saber e não tem condições de compreender a totalidade da mágica da criação.

---

[2] Erwin Schrödinger (nascido em 12 de agosto de 1887, Viena, Áustria — falecido em 4 de janeiro de 1961, Viena) foi um teórico austríaco. Físico que contribuiu para a teoria ondulatória da matéria e outros fundamentos de mecânica quântica. Dividiu o Prêmio Nobel de Física de 1933, com o físico britânico Paul Dirac. Disponível em: https://www.britannica.com/biography/Erwin-Schrodinger. Acesso em: 13. Mai. 2026.

CONHECIMENTO DE FATO CONTRÁRIO À DISCIPLINA: UMA ANÁLISE DO ART. 12 DO DECRETO N°. 4.346, REGULAMENTO DISCIPLINAR DO EXÉRCITO.



Coronel PM Veterano Irineu OZIRES Cunha[3]

A “parte” é o documento por meio do qual o militar se comunica com um de seus pares ou superior hierárquico, em objeto de serviço, no âmbito da mesma Organização Militar.

Para o Processo Disciplinar Sumário, a “parte” noticia um fato e não faz prova *iure et de iure,* mas sim, *iure tantum.* Isto quer dizer que não é prova absoluta, inconteste.

As “partes”, quando relatarem ocorrência devem ser escritas com sobriedade, registrando-se todos os dados capazes de identificar pessoas ou coisas envolvidas, caracterizando as circunstâncias de tempo e de lugar sem comentários e sem apreciações estranhas ao caso, com a finalidade de fornecer à autoridade destinatária bases precisas para uma decisão, jamais devem conter opiniões pessoais, por isso mesmo deve qualificar os envolvidos e as testemunhas, discriminar bens e valores, precisar local, data e hora da ocorrência, caracterizar as circunstâncias que envolveram os fatos. Isto, no entanto, retira-lhe a concisão, mas é necessário, mas o que se vê é um documento elaborado de maneira simples e com poucas informações dificultando a decisão da autoridade competente.

---

[3] Militar Estadual Inativo (Cel. PM RR). Foi Chefe do Estado-Maior da PMPR e Secretário de Defesa Social de Pinhais/PR, sendo atualmente Corregedor-Geral da Guarda Municipal de Pinhais/PR. Graduado em Direito pela Universidade Paranaense de Umuarama (Unipar) e em Letras pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Paranavaí (Fafipa). Autor de várias obras publicadas pela AVM. Membro Fundado/Efetivo da ALMEPAR (titular da Cadeira – 3).

A expressão: “prendê-lo em nome da autoridade competente” contida no parágrafo segundo, do art. 12 do Decreto n°. 4.346, Regulamento Disciplinar do Exército não quer dizer encarcerá-lo, e não se trata de prisão disciplinar, pois isto depende de um processo administrativo. O que quis o legislador é que a autoridade que se encontrar no local em que o militar estiver praticando uma transgressão deve agir, tomar uma atitude naquele instante e lugar, a fim de que o militar faltoso seja retirado dali.

Prisão é pena e só quem pode aplicá-la é a autoridade competente. É evidente que naquele momento a autoridade que está agindo, está agindo em nome da autoridade competente, mas mesmo assim a prisão em si, apenas pode acontecer, após a instauração do devido processo legal.

O superior que se encontra no local da ocorrência, nem sempre é a autoridade competente, por isso mesmo, deve chamar o militar e se for o caso pedir-lhe que se retire, ou solicitar ao oficial CPU da Organização Militar a que pertence para que o recolha, se for o caso, mas nunca o prender na verdadeira acepção da palavra, se isso acontecer será arbitrária. Agora deverá comunicar, por “parte” circunstanciada, para que a autoridade competente, ela sim, instaure o devido processo e aí, uma vez que a atitude não encontre justificativa, aplicar-lhe a pena necessária.

Se a interpretação for a literal e o que quis o legislador, de fato, é que autoridade que se encontre no local da transgressão, ainda que não seja a competente, prenda efetivamente, aí estaremos diante de um caso abuso de autoridade, mesmo que o comportamento daquele militar esteja comprometendo o decoro institucional, a não ser que procuremos resolver o empasse, com o Processo Penal e o conceito de prisão cautelar que seria a melhor alternativa, já que a prisão cautelar não objetiva infligir punição à pessoa que sofre a sua decretação.

Basileu Garcia afirma que a prisão cautelar, não traduz, em face da estrita finalidade a que se destina qualquer ideia de sanção. Constitui, ao contrário, instrumento destinado a atuar em benefício da atividade desenvolvida no processo penal.

Notem a prisão cautelar é considerada uma função processual e por isso não pode ser utilizado com o objetivo de promover a antecipação satisfativa da pretensão punitiva, pois, se assim fosse, seria lícito entender-se a subversão da finalidade da prisão preventiva, daí resultando grave comprometimento do princípio da liberdade.

Por ser prisão sem pena pode ser compreendida como toda a maneira de prisão provisória/cautelar (no sentido amplo), sendo assim, ela pode recair sobre uma pessoa que não tenha sido julgada definitivamente. No caso aqui, ainda não submetido ao processo disciplinar.

Ela possui revestimento de caráter precário, isto é, por não ser considerada definitiva, ela pode ser decretada, bem como cassada a qualquer momento. O que se quer na verdade é tomar uma atitude contra o militar inconveniente naquele local.

A detenção ou prisão cautelar do militar transgressor, em situações que tais, muitos entendem que é medida prevista nos Regulamentos Disciplinares Militares. Trata-se de questão controvertida e suscita discussões apaixonadas, mas vejo como única alternativa legal para solucionar o complicado empasse do parágrafo segundo do ar. 12 do Decreto n°. 4.346.

Outra maneira de se agir, em face desse parágrafo, é a prisão em flagrante administrativa por se estar diante de um ilícito administrativo capitulado no Anexo I, do mesmo decreto, e para isso não é preciso ordem da autoridade competente.

A prisão em flagrante administrativa é uma medida precautelar, visto que não se destina a garantir o resultado final do processo, mas, busca tão somente colocar o detido ao dispor da autoridade competente para que este possa apreciar a cautelaridade ou não da situação.

A natureza jurídica desta prisão é de um ato administrativo, visto que, independe de manifestação jurídica, contudo deverá ser, à autoridade competente, imediatamente informada dessa prisão, pelo meio mais rápido possível para que possa verificar a sua legalidade.

No caso de se determinar prisão de militar, que não seja em flagrante ou precautelar, por que a ocorrência exige pronta intervenção para preservar a disciplina e o decoro, e em sede de processo *a posteriori* perante a autoridade competente, a falta for justificada não se terá mais como livrá-lo do dano sofrido. Com o conceito de prisão cautelar ou prisão administrativa isso jamais ocorrerá.

Por isso é sempre prudente, diante de situações que, à primeira vista, possam parecer grave, se comunique à autoridade competente para que ela instaure o processo, e aí sim, puna-o, com o rigor necessário, se for o caso.

A disciplina e o decoro estarão preservados, mesmo que essa ocorrência que supostamente exigia uma pronta intervenção seja justificada em processo posterior.

Devemos compreender cada norma dentro de sua finalidade, pois a matriz hermenêutica a ser aplicada varia de acordo com o ramo do Direito, com a norma e com a sua finalidade. O Regulamento Disciplinar do Exército em toda sua estrutura volta-se para a disciplina e a hierarquia, onde embute os conceitos éticos a serem preservados pelas forças militares. Aliás, é da pronta cobrança e atendimento às ordens e do respeito às autoridades militares que essas Instituições conseguiram se manter incólumes ao longo dos anos. Entrementes hoje não é possível qualquer tipo de pena, por mais branda que seja sem o devido processo.

O Processo Disciplinar Sumário militar é essencialmente *instrumentalista* cujo escopo é garantir uma jurisdição mais efetiva, ou seja, mais acorde com as expectativas dos subordinados.

No parágrafo quarto do mesmo artigo a palavra conexão não traz nenhuma diferença do conceito doutrinário estabelecendo que quando for comum o objeto ou a causa de pedir o fundamento será o mesmo nas duas hipóteses. O vínculo que há entre uma e outra é de forma, de maneira que uma influi sobre a outra. (Art. 99 CPPM)

Ex. Anexo I, inciso 6 em conexão com o inciso 4;
Anexo I, inciso 57 em conexão com o inciso 84.

O que poucos comandantes fazem, mas deveriam fazê-lo com mais frequência, mesmo que verbalmente, é cumprir o que preceitua parágrafo quinto com relação ao signatário (o que comunicou o fato). Embora o parágrafo sexto não diga, mas a autoridade a que se refere é aquela com competência para punir.

Se combinarmos o parágrafo sexto *in fine,* com o art. 35 parágrafo segundo, deste regulamento, teremos definição mais ampla do que seja ampla defesa e contraditório. Note-se que o parágrafo sexto obriga a oitiva de todas as pessoas envolvidas no fato-transgressão e o não cumprimento desse império caracteriza, sem sombra de dúvida, o cerceamento à defesa. Assim é que o documento “parte” aparece neste contexto definido por verbos (qualificar, precisar, caracterizar) que irão facilitar o desenvolvimento do processo disciplinar na sequência dos trabalhos.

E no caso de não cumprirmos o prazo estipulado no quarto parágrafo estaremos diante da prescrição? Da perda do direito de punir? Portanto os oito dias do parágrafo sexto estabelecem o fim do direito de punir (*iures puniendi*) para a

administração? É o caso de o subordinado ficar eternamente (*ad eternum*) sob a ameaça de punição?

Assim a prescrição é uma norma do direito que prevê que o Estado tem um tempo determinado para perseguir, encontrar, julgar e recolher o criminoso encarcerando-o para que pague por seu crime? A autoridade Administrativa com competência, também tem esse tempo definido?

São questões que suscitam embaraços à administração e resultam do fato de nem sempre se mostrar possível à conclusão do processo administrativo disciplinar no prazo em lei estabelecido.

A condução do processo administrativo disciplinar em qualquer uma de suas modalidades (sindicância, processo disciplinar, procedimento sumário) exige das comissões e autoridades julgadoras extrema e acurada atenção com relação a aspectos que, se negligenciados, poderão ser alvo de questionamento judicial, com a consequente anulação de penalidades eventualmente aplicadas ao militar faltoso.

Preocupações básicas aludem a garantia de defesa e a observância de fórmulas que, embora por exceção, no processo administrativo disciplinar, mostram-se indispensáveis, mas é importante lembrar que na sua maioria não compõe o processo sumário, que é mais célere. Exemplos de regular citação do militar, presença do militar acusado ou de defensor por ele nomeado aos atos de tomada de depoimentos, despacho de indiciação precisando os fatos e o dispositivo legal afrontado são indispensáveis nos Conselhos de Disciplina e Justificação e a Apuração Disciplinar de Licenciamento – ADL.

Deixando, nesses casos, a administração de atentar para tais providências e se prestando o processo à aplicação de penalidades mais severas, induvidosamente enfrentará discussão no plano administrativo ou judicial, com a consequente arguição de nulidade do procedimento e insubsistência da penalidade aplicada.

Os militares com poucos argumentos apegam-se a todo e qualquer elemento e, não raro, formulam em juízo pleito alusivo à decretação de nulidade do procedimento em face da superação do prazo para a sua conclusão.

Recentemente os desembargadores da Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná por unanimidade votaram com o Desembargador Leonel Cunha, que relatou em processo de punição de policial militar, que o Decreto nº. 4.346, de

26 de agosto de 2002, Regulamento Disciplinar do Exército, não tem previsão de prescrição para o processo sumário.

> DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível deste TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, por unanimidade de votos, em negar provimento ao Apelo. EMENTA: EMENTA 1) DIREITO ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. PUNIÇÃO DISCIPLINAR. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL. DECRETO Nº 20.910/32 (PRECEDENTE DO STJ). PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE OBSERVOU OS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. a) O Decreto nº 4.346/2002 (RDE), bem como a Portaria do Comando-Geral da PMPR nº 339/2006, não regulamentam os prazos prescricionais das transgressões disciplinares, devendo, para tanto, ser aplicado o prazo de 05 (cinco) anos, estabelecido no Decreto nº 20.910/1932, conforme tem decidido o Superior Tribunal de Justiça. b) Ainda que ocorra o descumprimento dos prazos para realização dos atos instrutórios, é sabido que exceder o prazo para conclusão de procedimento administrativo disciplinar não lhe acarreta nulidade, e, em razão disso, não há qualquer prejuízo para a defesa do acusado. É a aplicação do princípio do 'pas de nullité sans grief', segundo o qual a declaração de nulidade exige a comprovação do respectivo prejuízo. c) Por fim, ao Judiciário não é dado analisar e reformar a seara privativa da Administração, desde que a discricionariedade administrativa se mostre de acordo com o princípio da legalidade, guardando conformidade às máximas da razoabilidade e da proporcionalidade. 2) APELO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (Relator: Leonel Cunha).

Entendo que os argumentos estão corretos, mas a fundamentação deveria ser a da Lei nº 16.544, de 14 de julho de 2010, que dispõe sobre o processo disciplinar, na Polícia Militar do Estado do Paraná. Em seu art. 42 estabelece que: "para efeito desta lei o prazo de prescrição será de seis anos a contar da data do ato motivador da instauração do processo disciplinar". Ora se as transgressões mais graves prescrevem em seis anos é certo que as previstas no Anexo I do Decreto nº. 4.346, que são consideradas, em tese, de menor porte ofensivo devem prescrever, também em seis anos e não em cinco como decidiu o Tribunal de Justiça do Paraná adotando por base o Decreto nº 20.910 de, de 06 de janeiro de 1932, que regula a prescrição quinquenal.

Quando se fala em prescrição e se consulta a doutrina especializada, existem teses no sentido de que: "Não tendo sido cumprido o prazo, nem mesmo com a prorrogação, a autoridade instauradora tem o dever de destituir essa comissão e nomear outra para prosseguir os trabalhos" (cf. Palhares Moreira Reis, Manual do Servidor Público, Brasília (DF), CTA, 1993, pág. 210).

Se no caso de verificar a superação dos prazos previstos para o encerramento dos procedimentos disciplinares, em lei regulados, o entendimento, a ser adotado,

for o de se concluir pela imprestabilidade do trabalho realizado isso só privilegia a formalidade em detrimento do fim a ser alcançado. Nega a possibilidade de mediante justificativas hábeis, conceder-se as dilatações de tempo pelos períodos necessários. Esse entendimento não pode ser empregado na administração pública militar, que encontra dificuldade em compor suas comissões pela falta de pessoal e se aplicada geraria, ainda mais tumulto.

O que se mostra mais adequado, ao processo administrativo militar, é o entendimento jurisprudencial a seguir:

> Administrativo. Processo administrativo disciplinar. Ultrapassagem do prazo fixado para o término do processo. Nulidade. Não ocorrência. Precedentes. Recurso improvido.
>
> I. A ultrapassagem do prazo fixado para o encerramento do processo administrativo disciplinar não conduz à nulidade, mas tão-somente à cessação da medida cautelar do afastamento preventivo do cargo do servidor público acusado.
> (STJ – 2ª Turma – RMS nº 455 (90.005123-1) – Bahia. Relator Min. Adhemar Maciel – Julgamento em 15 de maio de 1997. Pub. DJ de 23.06.97).
> Administrativo. Processo administrativo disciplinar. Prazo de conclusão. Superação.
> 1. A superação de prazo fixado legalmente, sem previsão de sanção, para que a autoridade administrativa decida sobre processo disciplinar, não importa na sua extinção e nem em perdão tácito.
> 2. À parte aproveita apenas a invocação de norma disciplinadora da prescrição das sanções administrativas.
> (STJ – 6ª Turma – RMS nº 7.791-MG (96/0068056-6). Relator Min. Fernando Gonçalves – Julgamento em 12 de agosto de 1997. Pub. DJ de 01.09.97).
>
> Ato demissório de responsabilidade da mesa da Câmara dos Deputados. Pretensão anulatória do ato, à luz do excesso verificado no prazo para o encerramento do inquérito. Inconsistência da argumentação, visto que o art. 169, § 1º, da Lei nº 8.112/90 proclama não ser, semelhante demora, fator nulificante do processo. (MS nº 21.949/DF, Tribunal Pleno do STF, por maioria absoluta – 8 votos vencedores, contra o voto-vencido do Ministro Marco Aurélio –, relator para o acórdão Ministro Francisco Rezek, publicado na RTJ 142/804).

Versando, ainda essa questão específica, mostra-se de todo oportuna a preleção feita pelo Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, do Colendo Supremo Tribunal Federal, nos seguintes moldes:

> "Estou convencido de que o único efeito da superação dos prazos, tanto para o encerramento de processo administrativo, quanto do seu julgamento pela autoridade competente, *é a cessação da medida cautelar da suspensão preventiva do funcionário, acaso aplicada. (*Eu grifei) O eminente Ministro CARLOS MÁRIO mostrou que, tanto no regime da Lei nº 1.711 – que creio corresponder a resolução específica da Câmara dos Deputados – quanto na atual lei chamada do Regime Jurídico, é isso o que está

> expresso, não apenas com relação ao prazo de julgamento mas também ao do término do inquérito (Lei nº 8.112/90, arts. 169, § 1º, e 147, parágrafo único; Lei nº 1.711/52, arts. 225, § 1º, e 215, § 1º).
> O paralelo evidente é com o Processo Penal: a superação dos prazos de desenvolvimento do processo gera seus efeitos unicamente com relação às medidas cautelares, com maior frequência, no processo criminal, sobre a prisão preventiva, e nada mais" (in RTJ 142/815)."

Essa orientação do Judiciário acerca do tema ora enfocado permite uma atuação mais ágil e coerente do agente público, impedindo-o de adotar providências meramente formais, destituídas de qualquer justificativa jurídica aceitável e que apenas se prestam a onerar descabidamente a Administração.

Providência como a de constituir nova comissão somente deverá ser adotada se houver justificativa plausível. Se razão, para isso, houver sem sombra de dúvida, a constituição imediata de nova comissão, com a consequente instauração de outro procedimento disciplinar destinado a apurar o ato desidioso imputado aos membros da comissão dissolvida deverá ser adotado.

Necessário reforçar que eventual demora na conclusão do processo disciplinar, longe de gerar prejuízos ao servidor acusado, cria em seu favor a possibilidade de extinção da punibilidade pelo advento do termo final do prazo prescricional estabelecido em lei.

Não se mostra aceitável o entendimento no sentido de que a atividade desenvolvida pela comissão processante além dos limites de prazo estabelecidos nos dispositivos anteriormente referidos, se preste a invalidar o procedimento disciplinar.

Portanto, é necessário que se leve em consideração que a administração militar, no Paraná, no que tange a aplicação do Regulamento Disciplinar do Exército para as transgressões de natureza média, leve e as graves que não tenham resíduo moral deverá cumprir, sempre que possível os prazos de lei, mas só prescreverão em seis anos, de acordo com a Lei nº. 16.544.

Logo se a Lei nº. 16.544 prescreve seis anos de prazo prescritivo para o fato mais grave não há que se falar no de oito dias deste Decreto.

Ressalte-se, ainda que na lei está escrito que a prescrição começa a contar a partir da data em que o fato foi praticado e não a partir da data em que a administração toma conhecimento, mas a doutrina dominante entende que o prazo para a prescrição, apenas começa a contar a partir do instante em que a autoridade competente, não a administração, tomar conhecimento do fato

ISENÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
LEI ESTADUAL Nº 20.641/2021 DO PARANÁ
Uma análise à luz dos princípios da Dignidade Humana, Capacidade Contributiva e Proteção Social — com jurisprudência do TJPR (2026)



Cel. PM Veterano ÉLIO de Oliveira Manoel[4].

RESUMO. O presente artigo examina a origem legislativa, os fundamentos constitucionais e os critérios de interpretação jurídica do art. 1º da Lei Estadual nº 20.641/2021 do Paraná, que estabelece hipótese de não incidência da contribuição ao Sistema de Proteção Social dos Militares estaduais quando o militar inativo ou seu pensionista for portador de doença grave. Analisa os princípios da dignidade humana, capacidade contributiva e direito à saúde como fundamentos da norma, discute a natureza jurídica do benefício e desenvolve interpretação sistemática e teleológica do dispositivo. Integra, ainda, decisões da Turma Recursal dos Juizados Especiais do TJPR, que consolidou o entendimento de que a isenção alcança tanto os militares reformados quanto os da reserva remunerada cuja inatividade tenha sido concedida até 12/07/2021, ainda que a moléstia grave tenha sido diagnosticada posteriormente.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Previdenciário Militar; Sistema de Proteção Social; Doenças Graves; Lei Estadual nº 20.641/2021; Dignidade da Pessoa Humana; Reserva Remunerada; Reforma.

1 INTRODUÇÃO

A evolução do sistema previdenciário brasileiro nas últimas décadas revela constante tensionamento entre a sustentabilidade financeira dos regimes previdenciários e a obrigação constitucional de proteção dos indivíduos em situação

[4] Natural de Formosa do Oeste/PR, Coronel Veterano da Polícia Militar do Paraná. Graduado no Curso de Formação de Oficiais. Ocupou os cargos de Chefe do Gabinete Militar da Assembleia Legislativa do Paraná – 2015-2017, Secretário de Estado Chefe da Casa Militar no Governo do Paraná – 2017-2018, Secretário de Estado de Administração Penitenciária no Governo do Paraná – 2018. Foi Membro Efetivo do Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA – 2017-2020. Autor das obras: Manual de Polícia Judiciária Militar – AVM; Policiamento Ostensivo, com ênfase no processo motorizado – AVM; Direito Previdenciário Militar – teoria & prática, em coautoria com João Vieira – Juruá: 2024.

de vulnerabilidade. Desde 1988 já foram feitas várias reformas, e a próxima já se aproxima.

No Estado do Paraná, essa proteção encontra expressão normativa relevante no art. 1º da Lei Estadual nº 20.641, de 12 de julho de 2021, que estabelece hipótese de não incidência da contribuição ao Sistema de Proteção Social dos Militares, quando o beneficiário for portador de determinadas doenças graves.

O presente artigo examina três aspectos fundamentais do dispositivo: (i) origem legislativa e contexto normativo; (ii) fundamentos constitucionais; e (iii) critérios de interpretação — com enfoque especial na jurisprudência do TJPR, sobre o alcance da norma.

2 ORIGEM LEGISLATIVA E CONTEXTO NORMATIVO

A Lei Estadual nº 20.641/2021 surgiu no contexto da Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência), que alterou significativamente o regime dos servidores públicos civis. Quanto aos militares, a Constituição Federal manteve regime jurídico diferenciado: nos termos do art. 42, os militares dos Estados possuem regime próprio de proteção social, com normas instituídas por leis estaduais específicas.

No Paraná, esse processo resultou em duas leis específicas: a Lei Estadual nº 20.635/2021[5], que cria o Sistema de Proteção Social dos Militares e fixa alíquotas de contribuição, e a Lei Estadual nº 20.641/2021, que estabelece as regras de transição para a isenção dessa contribuição. O rol de doenças graves previsto no art. 1º foi alinhado ao padrão normativo já consolidado no art. 6º, XIV, da Lei Federal nº 7.713/1988, que trata da isenção do imposto de renda sobre proventos de aposentadoria:

- moléstia profissional; tuberculose ativa; alienação mental; esclerose múltipla; neoplasia maligna;
- cegueira; hanseníase; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave;
- doença de Parkinson; espondiloartrose anquilosante; nefropatia grave; hepatopatia grave;

[5] A Lei Estadual 20.635/2021 insere na ordem jurídica o Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Paraná. Entretanto, até a presente data esse sistema ainda não foi regulamentado por lei específica.

- estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante); contaminação por radiação; síndrome da imunodeficiência adquirida.

A interpretação do rol é sempre literal, não se admitindo extensão por equiparação.

3 FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS

3.1 Dignidade da Pessoa Humana

Previsto no art. 1º, III, da Constituição Federal como fundamento da República, o princípio da dignidade humana impõe limites ao poder de tributar. Pessoas acometidas por doenças graves suportam custos elevados com tratamentos e medicamentos, o que reduz drasticamente sua disponibilidade econômica, além dos abalos emocionais, no plano pessoal e familiar.

A manutenção de tributação plena nessas circunstâncias comprometeria a capacidade do indivíduo de prover sua própria subsistência e tratamento médico. A norma estadual, ao afastar a incidência da contribuição, concretiza esse princípio.

3.2 Direito Fundamental à Saúde

A Constituição Federal reconhece a saúde como direito social fundamental (art. 6º) e dever do Estado (art. 196). Políticas de desoneração tributária voltadas a portadores de moléstias graves representam instrumentos legítimos de promoção desse direito, reduzindo o impacto econômico das doenças sobre os indivíduos afetados.

3.3 Capacidade Contributiva

O art. 145, §1º, da Constituição Federal determina que os tributos sejam graduados conforme a capacidade econômica do contribuinte. Essa capacidade não se refere apenas à renda nominal, mas à situação econômica real. As despesas médicas de quem porta doença grave reduzem substancialmente a disponibilidade financeira, tornando a incidência tributária plena desproporcional. A norma estadual promove ajuste do sistema contributivo à realidade econômica do beneficiário.

4 NATUREZA JURÍDICA DO BENEFÍCIO

A redação do art. 1º afirma que a contribuição "não incidirá" em determinadas situações, adotando técnica normativa de não incidência contributiva — distinta da isenção, em que o tributo incidiria, mas a lei dispensa seu pagamento. Na não incidência, o fato sequer se enquadra na hipótese tributária. Independentemente da classificação técnica, o efeito jurídico é idêntico: a inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre os proventos abrangidos.

5 INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA E TELEOLÓGICA

A correta interpretação do art. 1º exige análise sistemática. Reproduz-se o dispositivo:

> Art. 1º A contribuição para o Sistema de Proteção Social não incidirá sobre as parcelas das remunerações, concedidas até a data de publicação desta Lei, quando o militar estadual reformado ou o beneficiário de pensão for portador de tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, moléstia profissional, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase , paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação e síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da inatividade ou da concessão da pensão, ressalvada a realização de recadastramento pelo Sistema de Proteção Social dos militares do Estado.

5.1 Destinatários — Reserva Remunerada e Reforma

O texto legal refere apenas ao "militar estadual reformado".

Entretanto, a inatividade militar compreende duas modalidades, nos termos do art. 154 da Lei Estadual nº 1.943/1954: a reserva remunerada (inatividade temporária, com obrigações residuais) e a reforma (inatividade definitiva). Ambas equivalem funcionalmente à "aposentadoria civil" para fins legais:

> Art. 154. A inatividade do militar da Corporação é determinada pela transferência para a reserva ou pela reforma.
> § 1º. A reserva é a situação temporária de inatividade em que o militar fica obrigado a determinados deveres e conserva alguns direitos.
> § 2º. A reforma é a situação de inatividade que desobriga o militar, definitivamente, do serviço.

A PARANAPREVIDÊNCIA historicamente restringia a isenção aos militares reformados. Contudo, a jurisprudência sempre afastou essa distinção, entendimento

ora definitivamente consolidado pela 4ª Turma Recursal do TJPR, como se verá na seção seguinte.

5.2 Marco Temporal e Surgimento da Doença

A expressão "remunerações concedidas até a data de publicação desta Lei" impõe que o ato de inativação (ou de concessão de pensão) tenha sido concedido até 12/07/2021 *(produção de seus efeitos até)*.

Militares estaduais inativados ou com pensão concedida após essa data não fazem jus à isenção. Contudo, a doença grave pode ter sido contraída antes ou depois da inatividade — o próprio dispositivo o explicita —, sendo suficiente que o laudo médico especializado comprove o diagnóstico, acompanhados dos exames médicos necessários para esse fim.

6 JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA — TJPR (2026)

No âmbito do TJPR há decisões consolidadas, no sentido de que a isenção, pela via judicial, pode ser conferida tanto a integrantes da reserva remunerada, ou reformados, portadores de alguma das doenças previstas no art. 1º da Lei nº 20.641/2021.

6.1 Teses Firmadas em vários julgados

Extensão à reserva remunerada: a isenção aplica-se igualmente aos militares da reserva remunerada e aos reformados, pois ambas as modalidades de inatividade configuram aposentadoria para fins legais (art. 154 da Lei Estadual nº 1.943/54). A distinção administrativa promovida pela PARANAPREVIDÊNCIA foi expressamente afastada.

Marco temporal: basta que a inatividade tenha sido concedida até 12/07/2021. A data do diagnóstico da doença grave pode ser posterior, sem qualquer restrição.
Termo inicial da restituição: a devolução das contribuições indevidamente descontadas é devida desde a data do laudo médico especializado que atesta a moléstia grave.

Atualização dos valores: IPCA-E desde cada vencimento; juros de mora equivalentes à poupança (art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação da Lei nº 11.960/09) a partir da citação, não incidindo no período de graça (Súmula Vinculante

17/STF); para parcelas vencidas a partir de 09/12/2021, incidência exclusiva da taxa SELIC (EC nº 113/2021).

6.2 Reflexos Práticos

A única via para o militar da reserva remunerada que não obtiver reconhecimento administrativo é o Poder Judiciário. Conforme definiu o STF no Tema de Repercussão Geral nº 1.373, não é necessário pedido administrativo prévio como condição de interesse processual de agir. A propositura da ação pode ocorrer diretamente nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, sem custas em caso de êxito.

7. POSIÇÃO ADMINISTRATIVA VERSUS ENTENDIMENTO JUDICIAL

O confronto entre a interpretação restritiva adotada pela PARANAPREVIDÊNCIA e a orientação jurisprudencial do TJPR pode ser sistematizado assim:

CRITÉRIO	PARANAPREVIDÊNCIA	JURISPRUDÊNCIA
Beneficiários	somente militares reformados	reserva remunerada e reforma (equivalência legal)
Data da inatividade	até 04/12/2019 (EC Estadual 45/2019)	até 12/07/2021 (data de publicação da lei)
Data da doença	surgimento comprovado até 12/07/2021	pode ser posterior à inatividade, sem restrição de data
Comprovação	laudo da junta médica institucional (Lei Federal nº 9.250/1995)	laudo médico especializado (qualquer médico habilitado)
Duração	pode ser por tempo determinado	sem limitação temporal

8 CONCLUSÃO

O art. 1º da Lei Estadual nº 20.641/2021 representa importante instrumento de proteção jurídica aos militares estaduais inativos e pensionistas acometidos por doenças graves.

Sua origem está vinculada às reformas previdenciárias pós-EC 103/2019 e encontra sólido fundamento nos princípios constitucionais da dignidade humana, do direito à saúde e da capacidade contributiva.

A interpretação adequada do dispositivo, deve ser sistemática e teleológica: a isenção alcança tanto a reserva remunerada quanto a reforma; a doença pode ser contraída a qualquer momento após a inatividade concedida até 12/07/2021; e a restituição retroage à data do laudo médico.

Diante da resistência administrativa da PARANAPREVIDÊNCIA em adotar a interpretação ampliativa — já consagrada pelos tribunais —, a via judicial permanece como caminho necessário e eficaz para os beneficiários que preenchem os requisitos legais, dispensado prévio requerimento administrativo (STF, Tema 1.373).

Em última análise, o dispositivo materializa valores fundamentais do constitucionalismo social brasileiro, equilibrando a sustentabilidade financeira do sistema previdenciário com a proteção de indivíduos que enfrentam graves desafios de saúde — reafirmando o compromisso do Estado com a dignidade humana e a justiça contributiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 (Reforma da Previdência). Brasília: Congresso Nacional, 2019.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 113, de 8 de dezembro de 2021. Brasília: Congresso Nacional, 2021.

BRASIL. Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988. Imposto de renda — isenção sobre proventos de portadores de doenças graves. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997. Brasília: Presidência da República, 1997.

BRASIL. STF. Tema de Repercussão Geral nº 1.373 — Interesse processual e desnecessidade de prévio requerimento administrativo. Brasília: STF.

BRASIL. STF. Súmula Vinculante nº 17. Brasília: STF.

PARANÁ. Constituição do Estado do Paraná, 1989, com Emenda Constitucional Estadual nº 45/2019.

PARANÁ. Lei Estadual nº 1.943, de 23 de junho de 1954 (Código da Polícia Militar do Paraná). Curitiba: ALEP, 1954.

PARANÁ. Lei Estadual nº 20.635, de 2021. Sistema de Proteção Social dos Militares. Curitiba: ALEP, 2021.
PARANÁ. Lei Estadual nº 20.641, de 12 de julho de 2021. Não incidência da contribuição em casos de doenças graves. Curitiba: ALEP, 2021.

VIEIRA, João; MANOEL, Élio de Oliveira. Direito Previdenciário Militar — teoria & prática. Curitiba: Juruá, 2024.

SONALI & ROSE



Coronel PM Veterano Waldick Alan de Almeida GARRETT[6]

Conto revisado que compõe a obra do mesmo autor "A Sete Palmos, O Julgamento Chega Quando Você Menos Espera", Ed. Novo Século, SP, 2009.

1 PROSTRADO NA TRAVESSA

Abílio Sonali cambaleou por uma travessa estreita e escura, atrás da Catedral de Curitiba. A garoa de outono pairava como um lençol invisível; a noite, fria, parecia conter a respiração.

Comprimiu a mão livre contra a sobreveste escura, na altura do estômago, e a ergueu diante dos olhos. Mesmo na penumbra, reconheceu o líquido denso que lhe cobria os dedos. Seu tempo escoava com o sangue.

A consciência, embora turva, parecia em paz.

Ao menos ela.

Fizera o que se dispusera a fazer, e da melhor maneira que lhe fora possível; agarrava-se a essa certeza.

Bateu as costas contra a parede da travessa, escorregou por ela e caiu sentado.

---

[6] Cel. PM RR, Cadeira nº 5 da ALMEPAR. É graduado e pós-graduado em Direito, possui publicação jurídica pela Ed. Juruá/PR e foi Presidente da ABS-PR - Associação Brasileira de Sommeliers do Paraná (2008-2010). É titulado Comendador Literário Internacional/BR-PT, membro da ACCUR – Academia de Cultura de Curitiba e autor das obras "Manuscritos de Sangue", "A Sete Palmos", ambas publicadas pela Ed. Novo Século/SP, e "03:33", pela Ed. Draco/SP. Angariou prêmios pelo Brasil e exterior e participou de coletâneas importantes, ingressando no rol da nova geração de escritores brasileiros de suspense e terror.

Ofegando contra o ar frio, retirou de dentro da longa sobreveste uma espingarda CBC, gauge 12, pump. Segurou-a pela telha e, com um esforço que já quase não possuía, deu um solavanco, abrindo-a. Emitiu um grunhido, franzindo o cenho de dor.

Abriu mais a pesada sobreveste, expondo partes da farda cáqui manchada, e sacou do bolso da gandola o último cartucho SG. Antes de acomodá-lo na câmara pela janela de ejeção, fitou-o. A cor do cartucho lhe pareceu uma ironia: vermelho, como o sangue que escorria pela calçada.

Fechou a arma com as últimas forças e ficou ali, ofegante, à beira do desmaio.

2 DESPEDIDA

Havia menos de um mês, Sonali ingressara na reserva remunerada.

A pasta funcional reunia elogios individuais e um comportamento classificado como excepcional.

Alcançara a graduação de primeiro-sargento e exercera, por fim, a função de auxiliar do Comando RONE (Ronda Ostensiva de Natureza Especial), na Companhia de Choque da Polícia Militar do Paraná.

A despedida na companhia teve uma delicadeza ambígua: sentiu-se especial, quase feliz, diante da homenagem dos velhos amigos de farda; depois, melancólico, ao vê-los desaparecer, um a um, no interior das viaturas, pela via estreita de saída do Quartel do Comando-Geral, rumo à avenida Presidente Getúlio Vargas.

Quando o silêncio voltou, sentiu-se perdido.

Sua vida inteira, família, rotina, lazer, parecia ter ficado ali. Era viúvo, seu único filho formara-se na USP, casara e agora residia em São Paulo, um advogado ainda sem vícios aparentes.

3 PESADELO

Ouviu uma sirene. Derrapagens, que não lhe eram incomuns, cortaram o silêncio da praça Tiradentes, defronte à Catedral. Já não tinha forças para se levantar e pedir ajuda.

— Como isso foi acontecer? — balbuciou. Era o pesadelo, enfim, tomando corpo.

Baixou os olhos para a shotgun, tão abatida quanto ele. Alisou a coronha e a soleira com o pouco vigor que ainda restava nos dedos; foi a última imagem que viu.

4 MALDITA CIDADE

Duas semanas depois de ingressar na inatividade, Sonali despertara com uma energia quase eufórica. Prometeu a si mesmo recomeçar o resto da vida civil com alguma dignidade.

Apanhou o Velho Parr - assim chamava o uísque Old Parr -, já vazio, e o lançou na lata de lixo aberta, abarrotada de detritos; alguns se espalharam pelo ladrilho da cozinha.

Imóvel, estranhou o estado daquele local, do apartamento inteiro. Nunca fora indiferente à limpeza e à ordem. Pelo contrário.

Vestiu uma roupa leve para um outono relativamente quente, contudo cobriu-se com uma jaqueta, para ocultar, presa ao cinto em coldre com fivela, sua última parceira, sempre fiel: Rose, uma pistola Taurus .40, PT 24/7, Police.

Trancou seu apartamento com as duas tetra-chaves, percorreu o corredor do prédio e um sussurro aflorou, tênue, em seus ouvidos.

Há algum tempo, Sonali ouvia sussurros indecifráveis como aquele. Vozes de tons e alturas diferentes. Desde a reserva, os sons haviam se intensificado.

É o estresse da vida moderna, caro colega, dizia seu médico do Hospital da Polícia Militar, recomendando polivitamínicos. *A violência cresceu, o efetivo manteve-se inalterado e, naturalmente, vocês são mais cobrados.*

Acionou o botão do elevador e aguardou, inquieto. Dirigiu o olhar para as outras cinco portas no corredor e, finalmente, compreendeu.

Dessa vez, o sussurro parecia vir de um dos apartamentos.

Um som agudo e curto soou duas vezes, suave como uma chamada para o próximo voo em um aeroporto, no entanto Sonali já não mais prestava atenção ao elevador que acabara de avisar sua chegada ao sétimo andar.

Pé ante pé, aproximou-se da primeira porta no início do corredor, ao lado do elevador. Seu apartamento era o último, do lado oposto.

De repente, com um estouro, a porta se abriu, e uma jovem moça loira foi lançada para fora, quase nos braços de Sonali, que se afastou de um salto, levando a mão ao coldre, sem sacar a arma.

— O que está havendo aqui? — indagou.

— Nada, por quê? — tornou a moça enrubescida, limpando um pequeno sangramento no canto de sua boca. Em seguida, para assombro de Sonali, a moça esboçou um sorriso... um sorriso sincero, não forçado.

No umbral da porta, surgiu um homem que Sonali reconheceu.

— Boa tarde, sargento! Como vai o velho Parr? — inquiriu o vizinho, com um sorriso irônico.

Sonali surpreendeu-se. Como Mauro poderia saber a respeito de seu comparsa de quarto?

— O que você fez, Mauro? — perguntou, irascível, fitando a boca da esposa do entroncado funcionário da Receita Federal.

— Ele não fez nada! Você está maluco! — interrompeu a moça, com o rosto crispado. Passou por Mauro, puxando-o pela camisa e fechando a porta com um baque.

Sonali recompôs-se e voltou ao elevador.

— Casamento moderno! - resmungou.

* * *

Caminhou pelo calçadão da Rua XV, entrou no Café da Boca e deparou-se com um amigo de infância, com quem passou o restante da tarde rememorando as traquinagens de infância.

Ao fim da tarde, com duas sacolas, uma em cada mão, de lojas da Galeria Tijucas, tornou a ouvir os sussurros lamuriosos. Muitas vezes, soavam como algumas das vítimas de ocorrências que atendera.

Apressou o passo, passando pelo bondinho da XV e aproximou-se da Joalheria Bergerson, onde os sussurros transformaram-se em gritos de angústia e desespero.

Sonali deteve-se.

Antes de raciocinar a respeito do que ouvira, dois homens usando balaclavas sobre o rosto saíram da loja. Um deles estava acompanhado por uma mulher bem trajada em um vestido grená, presa ao braço de um deles, o rosto tomado por puro pavor. O segundo sorria com desdém.

Sonali olhou ao redor, estupefato… ninguém parecia notar.

Em seguida, concluiu que Curitiba já se enquadrava aos grandes centros urbanos nos quais, muitas vezes, o crime ocorre e as pessoas, submersas nos próprios problemas, já não atentavam ao que acontecia ao redor.

Soltou as sacolas com as roupas novas, que atingiram o calçadão com um baque surdo, empurrou a jaqueta e sacou Rose, apontando-a para o homem que segurava a mulher.

Alguns gritos emergiram e quase não foram ouvidos por Sonali pelo túnel estreito de visão e audição que o confronto lhe impunha. O segundo homem correu para a esquina, enquanto o que estava sob mira pediu para que Sonali se acalmasse.

— Largue a mulher! Devagar, sem movimentos bruscos! — determinou Sonali.

— Calma, amigo! Isso é tudo um equívoco! — disse, meneando a cabeça rapidamente para ambos os lados, como quem procura uma saída.

— Disse para largar! Agora! — bradou.

Ao mesmo tempo em que obedeceu a ordem, o encapuzado levou sua mão à cintura e sacou um revólver niquelado, que pareceu rapidamente ser um Taurus calibre .38.

Sonali disparou duas vezes, um à altura do abdome, outro em seu peito, do lado direito. O marginal cambaleou para trás, escorou-se na parede, em vão, soltou a arma e despencou em frente à loja. Segundos depois, outro estampido veio da esquina, e Sonali se abaixou por instinto. Voltou automaticamente a mira para o segundo homem, mas permaneceu imóvel: havia distância demais e civis demais correndo, escondendo-se, atravessando sua linha de tiro.

Entre as silhuetas que lhe cortavam a visão, a imagem do comparsa do marginal abatido havia desaparecido na esquina.

Sonali lançou-se atrás dele, que dobrara a segunda esquina de cima, e seguiu em seu encalço.

Parou ofegante, ao chegar na praça Tiradentes. Era profissional o bastante para admitir que o perdera de vista.

Coldreou a arma, arcou as costas e apoiou as duas mãos sobre os joelhos, aguardando sua respiração normalizar-se.

Ergueu-se lentamente, com o olhar fixo à frente, e um arrepio percorreu-lhe a espinha.

Um grupo de adolescentes havia cercado um jovem estudante que, sob coação, passara a entregar sua mala, jaqueta e tênis... à luz do dia, defronte a um ponto de táxi.

Outra vez, ninguém se movia. Ninguém gostava de se envolver. Sonali já presenciara aquela indiferença por várias vezes em sua carreira policial.

Ingressou na praça, sacou novamente Rose, que nunca o deixara na mão, cobriu-se por detrás de uma das árvores próximas do ponto de táxi. Um velho motorista de cabelos brancos, sentado no banco do passageiro de um Corsa Sedan caracterizado, porta aberta, folheava páginas sanguinolentas da Tribuna do Paraná.

Fixou os olhos em Sonali, quase fora das órbitas, como se nunca tivesse visto um homem armado, nem mesmo nas matérias divulgadas pelo jornal que lia, e permaneceu imóvel, sem reação.

Sonali emitiu um *psiu*, colocando o dedo indicador da mão ociosa sobre os lábios: o motorista, embora pasmo, entendeu que ele requeria seu silêncio. Sem alternativa que lhe parecesse segura, o velho homem meneou a cabeça, anuindo.

— Ei! O que está acontecendo aí? — indagou Sonali aos brados, e os adolescentes sobressaltaram, procurando, assustados, por entre as árvores da praça.

— Respondam! O que vocês pensam que estão fazendo? — continuou.

— Olha lá, ele está armado! — avisou um deles.

— Sim, sou policial e estou armado! Devolvam os pertences da vítima! — determinou.

— Do que é que você está falando? — disse o maior deles, aproximando-se da árvore, enquanto os demais gracejavam.

— Não se aproxime, estou avisando! Devolvam o que pegaram!

— Você está maluco? — proferiu, gingando o corpo e abrindo os braços como um cantor de rap. Em seguida, murmurou alguma coisa que Sonali pôde ouvir, levando a mão a algo oculto sob a jaqueta de escalada:

— Você vai morrer, porco filho da puta!

* * *

Sonali seguiu apressado, agora visivelmente angustiado, pois já não compreendia a onda de violência que parecia ter tomado a cidade.

Agradeceu a Deus por ter deixado o automóvel próximo ao Shopping Mueller, em um estacionamento de antigos amigos seus.

Dentro do carro, *uma perua*, como dizia seu pai, seguiu em direção ao Palácio Iguaçu, no Centro Cívico. Pelos vidros, as grandes construções pareciam inclinar-se sobre ele, como se a cidade o condenasse e, naquele instante, executasse a sentença.

Consciência? Talvez.

Durante o trajeto, no prolongamento da avenida Cândido de Abreu, sua última lembrança persistia viva, repetindo-se diante dele: um disparo de Rose à altura do pescoço do adolescente, um clarão. O adolescente cambaleando para trás e, com um esforço restante, postando uma diminuta pistola em sua direção. Outro clarão. O rapaz desfalecido sobre o piso da praça encharcado de sangue, um ferimento aberto no pescoço, outro no ombro.

A cidade não era mais a mesma.

Aquelas histórias bizarras, extravagantes e fantasiosas em forma de anedotas, quando os militares da choque permaneciam no pátio do Quartel do Comando-Geral antes das instruções, pareciam ter-se tornado realidade... *Um dia, a marginalidade tomará conta da cidade e nós teremos de nos juntar a eles ou nos escondermos*, dizia um ou outro, mais satírico, e os demais gargalhavam.

— Pesadelo materializado! - murmurou entre dentes, golpeando o volante. - Maldita cidade!

Acomodou o veículo na garagem de seu apartamento, após descer uma rampa íngreme, onde a pouca luz do sol esgueirava-se para acompanhá-lo até o fundo.

O baque grave da porta do motorista reverberou pelo subsolo, trazendo à tona a cena dos tiros que feriram o adolescente, como flashes sequenciais em sua mente.

Massageou a têmpora, como se sentisse uma forte enxaqueca, e pôs-se no interior do elevador vazio, quase sombrio.

* * *

Em seu apartamento, arremessou Rose sobre sofá macio da sala, sentou-se por alguns segundos, a cabeça entre as mãos.

Nesses últimos cinco anos, embora permanecesse na atividade-fim da segurança pública, não havia tido nenhum confronto armado. Além disso, nenhum

ato anterior seu que tivesse tirado a vida de alguém em serviço causou um efeito tão devastador em sua alma.

Elevou o tronco e fitou um carrinho de madeira ao canto: um bar. Lá estava ele, entre outros comparsas esquecidos da reserva, o velho Parr, seu novo companheiro de equipe de quarto: psicólogo caro e eficaz.

Sabia que suas consultas custariam caro, mas já não conseguia dispensá-las. Já lhe custara inimizades, afastamento de parentes e uma visita desavisada ao Hospital Cajurú, em plena madrugada, no intuito de tentar estancar as crises de vômito que, insatisfeitas em apenas arrancar tudo o que havia de consistente em seu estômago, ainda tentavam retirar-lhe o líquido estomacal.

Por volta das quatro da manhã, entre o silêncio da rua em frente ao prédio e o sibilar tênue da brisa na janela do quarto, um arrastar de móveis emergiu estridente.

Sonali sobressaltou, atordoado.

Imaginou que o efeito dos longos conselhos de Parr, somado às poucas horas que havia dormido durante a sua última semana não lhe permitiriam levantar.

Ouviu vozes acaloradas. Intuiu virem de um dos apartamentos vizinhos.

Mauro, aquele desgraçado. Agora deu para espancar a mulher, pensou.

Pôs-se sobre os cotovelos, as paredes dançavam um bolero lento e angustiante.

Chacoalhou a cabeça, tentando desta vez focar o realismo obsessivo ilustrado em uma cópia da pintura de Caravaggio apensada à parede: A Crucificação de São Pedro, que Vagava à frente, como uma alma errante.

Concluiu, sem saber a razão, que seus últimos atos praticados comparavam-se às pinturas e aos atos do pintor barroco: violentos, extremamente violentos.

Tive que fazê-lo, justificou para si, antes de apagar outra vez.

* * *

Um adolescente. Uma pequena pistola em riste, apontada para seu rosto. Um flash. Um estampido. Um clarão.

Sonali despertou com um gemido rouco.

Dez horas. Seu estômago reclamava, sua cabeça estava ótima. Qualidade indiscutível do velho Parr, pensou com amargura.

Sentiu o velho gosto amargo em sua boca, desidratação causada pela bebida destilada. Lavou o rosto sobre a pia encardida e vislumbrou-se no espelho. Cabelos eriçados, brancos. Mais rugas, mais olheiras.

— Sou um velho, não um idoso! - murmurou com consternação, recordando-se dos conceitos citados nos seminários que frequentava no auditório da PUC, no tempo em que cursava psicologia.

Se a idade chega, você deve ser um idoso, e não um velho. O velho está esperando a morte, o idoso tem planos, defendia o professor e mestre Duldoni nas aberturas dos seminários de motivação pessoal e profissional. O palestrante era um verdadeiro idoso, obeso e com, pelo menos, uns dez graus de miopia nos olhos que, em seu rosto, reduziam-se a apenas dois pontos negros através dos grossos óculos circulares.

— Meu Deus, o que aconteceu com esta cidade? Preciso apresentar-me ao quartel e esclarecer essas mortes! - sussurrou apático, enxugando o rosto.

Uniformizou-se, fixou as medalhas no peito com orgulho e manteve-se concentrado na sua imagem que refletia sobre o espelho.

Não posso sair fardado pela rua!, raciocinou. *Não com esses acontecimentos! Também não posso ser preso em público, seria extremamente constrangedor, mesmo conseguindo explicar depois o que realmente ocorreu ontem! Além disso, não suportaria matar mais ninguém!*

Com o armário de roupas aberto, viu uma sobreveste preta, pendurada em um cabide. Ao retirá-la, notou sua PUMP da CBC em pé, encostada ao fundo. Seu cano negro, liso, reluziu com o ingresso da luz artificial no guarda-roupa.

Vestiu a capa sobre a farda e inseriu a calibre 12 em um suporte interno que havia arquitetado para a arma.

Finalmente sua invenção teria utilidade.

Apossou-se, sobre as pontas dos pés, de mais cinco cartuchos vazios que permaneciam esquecidos no canto de uma prateleira interna alta.

POU.

Um estampido de tiro cortou o silêncio. Um flash de seu recente pesadelo com o adolescente despontou em sua mente, fazendo-o arcar-se em estado de defesa.

Aproximou-se do sofá, apoderou-se de Rose, alerta como sempre. Não houve reclamações.

Antes de se retirar pela porta da frente, conteve-se.

– Quantos disparos fiz ontem? - indagou-se. - Agora não importa, não tenho tempo para recarregar! - pensou.

Sua intuição conduziu-o para o apartamento de Mauro.

Defronte à porta do vizinho, permaneceu estagnado, ouvindo, e inseriu o primeiro cartucho no bolso de sua gandola.

POU.

Sobressaltou... era a gota d'água.

Recolheu os quatro cartuchos que caíram de suas mãos e, colocando-os no bolso externo de sua sobreveste, arremessou uma de suas pernas, como o aríete humano que aprendera a ser na tropa de choque, sobre a porta, abrindo-a com um estrondo.

A loira casada há poucos anos com Mauro encontrava-se sentada à mesa posta para o almoço, amarrada com as mãos para trás, sobre o espaldar alto da cadeira, rosto envolvido em um saco plástico. O olhar, embaçado pelo plástico e pelo efeito inequívoco da morte.

Com Rose à frente, Sonali apontou para o sofá.

Mauro almoçava diante da televisão antiga, numa naturalidade que a Sonali pareceu repugnante. Uma ira incontrolável o tomou.

Mauro olhou por sobre o ombro, reduzindo seu último movimento lento de mastigação.

— Morra, desgraçado! — bradou Sonali disparando dois tiros, um à altura de sua omoplata e outro no centro de suas costas.

Mauro tombou sobre a mesa de centro, o prato espatifou-se no chão. A sopa alaranjada de verduras, escorrida pelo piso de madeira, passou a confundir-se com o tom escarlate do sangue que vertia.

Sonali precipitou-se pelo corredor. Um grito ficou para trás.

Adentrou o elevador e dirigiu-se para a garagem, para seu veículo.

Jogou a PUMP no banco de trás, tirou os quatro cartuchos do bolso e jogou-os ao lado da arma. Subiu a rampa, contornou a primeira quadra em direção ao Centro Cívico.

Alguns minutos depois, em sentido contrário da via, uma viatura aproximava-se em alta velocidade.

Sonali, ao cruzar com a Blazer cinza da Companhia de Choque, giroflex e sirene ligados, foi fitado rapidamente nos olhos pelo motorista. Pareceu-lhe uma eternidade. Conseguiu identificar o militar: soldado Domingues, seu motorista quando exercia a função de auxiliar do Comando RONE.

Domingues estampou admiração em sua feição ao visualizar seu antigo chefe seguindo no sentido contrário. *Coincidência*, pensou. Sabia que o graduado morava nas redondezas. Mas não era essa a verdadeira razão de seu espanto. Notara a luz rubra do giroflex girando sobre os olhos de Sonali, como uma anômala imagem de sangue espalhando-se pelas suas retinas.

Sonali fez o retorno próximo do estacionamento de seus antigos amigos, porém não entrou. Não sabia se os fatos do dia anterior já haviam sido noticiados nem de que forma teriam sido narrados.

Estacionou à beira de uma calçada e manteve-se sentado em seu veículo, ouvindo a rádio CBN. Começava o Minuto do Brinde, com Renato Machado.

O graduado apreciava vinhos e ouvia o programa diariamente, entretanto, sua atenção durou pouco.

As imagens das recentes mortes provocadas por ele voltaram sob formas diversas: a loira, com o saco amarrado em seu pescoço, caminhando em sua direção, braços retesados tentando alcançá-lo; o adolescente loiro-rapper estirado sobre a calçada da praça Tiradentes, abrindo os olhos embaçados, dando um salto e pondo-se em pé, com o pescoço jorrando sangue, enquanto os demais comparsas, inclusive a vítima, gargalhavam sarcasticamente; a mulher, que era conduzida pelo marginal que roubara a joalheria Bergerson, sacando de uma pequena bolsa uma pistola calibre 6,35, enquanto suas mandíbulas movimentavam-se lentamente, sem som algum, e traduziam suas palavras perfeitamente compreensíveis: *você vai morrer, porco filho da puta!* - feição contorcida, como uma assassina fria e calculista, disparando várias vezes em sua direção.

Massageou a têmpora com os olhos fechados, uma imensa angústia o invadiu. Voltou a visão para o panorama externo com lágrimas nos olhos. Casais discutindo, crianças brincando com estiletes, como em sua época brincavam com pedaços de cabo de vassoura que serviam como espadas medievais. Um andarilho apossando-se do café de um executivo.

— Deus meu, não posso acreditar no que vejo! - murmurou.

Antes de acionar a chave de ignição, dois homens trajando ternos pararam próximos da porta de seu veículo. O primeiro, velho, alto e esguio, cavanhaque bem delineado, inseriu a mão sobre o paletó e retirou um pequeno cachimbo para aquecer pedras de crack. O outro, mais baixo e, evidentemente, mais jovem, olhou

por sobre os ombros, preocupado e ansioso, em seguida, manteve-se observando fixo o cachimbo nas mãos de seu amigo.

O velho acomodou uma pedra sobre a parte final do cachimbo, sacou do bolso de sua calça um isqueiro e passou a aquecer o pequeno bojo que sustentava a pedra.

Deu uma longa inspirada, aguardou, soltou a fumaça e repetiu o processo.

Seu amigo observador o cutucou de forma apreensiva, e finalmente recebeu o cachimbo do homem que esboçou um sorriso irônico.

Sonali desviou sua visão para o lado contrário e ligou o veículo, enquanto as vozes ruidosas invadiram seus ouvidos. Queria sair daquele lugar. Porém, desde o final de sua adolescência, havia sido treinado para combater os crimes que agora o cercavam, o sufocavam.

Engatou a primeira marcha, pé sobre a embreagem, e resolveu verificar se a dupla de drogados ainda permanecia próxima.

Não havia mais ninguém ao lado de sua porta.

Visou por sobre os ombros, a dupla havia sumido.

Continuou sondando ao redor, no entanto, só identificou as crianças, que agora apresentavam alguns cortes sobre os braços, e o executivo que se debatia com o andarilho para recuperar seu café, ou o que sobrara dele.

De súbito, uma silhueta elevou-se ao lado de sua porta, surgindo na janela.

— BUUUUU! Peguei você, porco filho da puta! — bradou o jovem de terno, apoiando ambas as mãos sobre a janela fechada e contorcendo sua feição em uma careta ridícula.

Sonali saltou no interior do veículo emitindo um grito curto, soltou o pé da embreagem, o veículo deu um salto, como um cavalo selvagem sendo domado, e desligou. Sentiu o estômago afundar num frio líquido.

De trás, pelo mesmo lado, o velho aproximava-se acostado ao carro com a metade de uma submetralhadora surgindo de dentro de seu paletó, enquanto o mais novo gargalhava e apontava para sua feição com o dedo indicador, através de sua janela.

Sonali apanhou a PUMP do banco traseiro e, horrorizado, notou que não havia municiado a arma. Os quatro cartuchos estavam espalhados pelo banco.

Pegou os dois mais próximos, inseriu-os pelo vão da câmara de ejeção, e carregou-a com um golpe através da telha.

Jogou-se no banco do passageiro e postou a arma em direção à janela do motorista.

Não havia mais nada lá.

Toc, toc, toc.

Girou a cabeça por sobre o ombro, lá estava o velho homem sorrindo, batendo na janela do passageiro com o cano de sua UZI israelense, 9 milímetros.

Num salto, arremessou-se sobre o banco do motorista e fez um disparo que estilhaçou a janela.

Manteve-se imóvel, olhos projetados, cano da PUMP fumegando.

Pôs-se de joelhos sobre o banco do passageiro, prolongou com esforço sua cabeça porta afora, através do vidro que não mais existia, e fitou o velho homem estatelado sobre a calçada, sem a parte esquerda do crânio. Fragmentos de pele, osso e cabelo espalhavam-se junto ao sangue quase negro que escorria do que restara de sua testa pelo meio-fio até um bueiro.

Diziam que os curitibanos sempre limpavam as próprias sujeiras, no sentido literal e no figurado. Naquele instante, a ideia lhe pareceu obscena demais para ser pensada.

Abriu a porta e defrontou-se com o engravatado mais novo, que alimentava insanamente o pente de uma pistola calibre 7,65.

— Não faça isso, filho! Não tive escolha, tive de matá-lo para salvaguardar minha integridade física! — proferiu Sonali, baixando, sem firmeza, o cano da PUMP.

— Não! Você vai morrer... porco filho da puta! — disse. As últimas palavras quase não lhe chegaram.

— O que você disse? — indagou, perplexo.

Sem resposta, visualizou o desajeitado homem inserir o carregador na pistola e acionar rapidamente o gatilho.

Um *pec* reverberou pelos ouvidos de Sonali, que perdeu a noção dos sentidos.

Em seguida, percebendo o erro, o jovem ciclou a arma para carregá-la, entretanto, antes que pudesse novamente acionar o gatilho, Sonali fez um disparo à altura de seu ombro direito.

A violência do impacto fez com que a pistola fosse arremessada de sua mão. Seu braço direito ficou preso ao tronco somente por estreitos ligamentos e músculos fragmentados.

O jovem caiu sobre as pernas, feição contorcida de raiva e pavor, urrou e estatelou-se para trás, segurando o que restara do braço.

Um estampido e o estilhaçar de vidros surgiram. Outro estampido grave o empurrou levemente para frente. Pensou ter sido alvo de um soco nas costas. Provavelmente algum comparsa da dupla tentando desarmá-lo, ou qualquer integrante dessa onda nebulosa de criminalidade.

Virou-se e um calafrio apossou-se de suas pernas.

Um soldado da Polícia Militar estava parado, pistola em riste, às costas de Sonali.

Os olhos do soldado, nos primeiros instantes, arregalaram-se ao notar, pela fresta de sua capa, a cor cáqui da farda policial. Em seguida, tornaram-se incisivos.

— Essa farda já não faz mais diferença, parceiro!

Era isso mesmo, a criminalidade tomou a cidade, só podemos nos esconder ou nos juntar a eles! O que você prefere?

Sonali sentiu uma forte ardência percorrer suas costas em direção ao seu rim esquerdo. Intuiu que não poderia ter sido um soco. Levou a mão livre à dor, fitando o vidro traseiro de seu veículo estilhaçado, ergueu-a na altura dos olhos e percebeu com horror a coloração rubra do líquido consistente, quente, seu sangue. Aquele policial, convencido pelo medo ou pela covardia, ferira-o pelas costas.

Mais um ato covarde, pensou. *Além de péssimo atirador.*

Errara o primeiro disparo, que atingiu uma das janelas do carro.

Com um gesto rápido, que treinara a vida toda, golpeou a arma, expelindo um cartucho vazio, que rodopiou diversas vezes à frente, antes de fechar a câmara e, pondo-a na direção de seu oponente, acionou o gatilho. Um estampido irrompeu o silêncio do findo crepúsculo vespertino.

O vermelho intenso do céu refletiu-se em suas retinas, como outrora refletira como sangue, ao cruzar com as luzes do giroflex da imponente Blazer da RONE. Domingues notara tal aberração.

Fitou o soldado ainda em pé, feição sardônica.

O cano de sua PUMP não fumegava.

Em suas confusas lembranças, recordou-se dos dois cartuchos largados no banco traseiro que não pudera alcançar... sua arma encontrava-se vazia, o disparo viera em sua direção.

Recuara dois passos, de forma involuntária. Uma fraqueza abateu-se sobre ele, sentiu fisgadas doloridas na altura do estômago.

Largou a arma, que bateu na calçada com um barulho estridente.

Caiu sobre as pernas, enquanto o policial covarde se aproximava.

Soldado maldito, de uma cidade maldita! Ainda não terminei, pensou.

Pôs vagarosamente a mão no interior da capa, simulando fraqueza, fingindo comprimir a ferida, tronco arcado, acordou Rose com o estalido metálico da fivela do coldre e puxou-a de súbito, efetuando dois disparos altos.

O policial foi atingido duplamente na virilha e desabou sentado. Tentou levantar-se para alcançar um poste, mas caiu de novo, agonizando.

Sonali coldreou Rose, apanhou a PUMP, lembrando de um cartucho que havia inserido no bolso de sua gandola e afastou-se, caminhando de modo a não chamar atenção, tentando ocultar os ferimentos.

Durante o trajeto indefinido, sussurros surgiram, pela primeira vez, decifráveis em seus ouvidos, entre diversos tons e alturas que quase se confundiam: *você vai morrer, porco filho da puta!*

Sonali finalmente compreendera. Iria morrer. As malditas vozes, afinal, sempre o avisaram.

5 MEMÓRIAS

A noite avançava sobre Curitiba, fria e densa. Uma garoa fina caía, lenta, quase invisível.

Sonali jazia em uma travessa existente atrás da Catedral de Curitiba.

Havia sido encontrado por uma equipe do 12° Batalhão da Polícia Militar, após denúncias de moradores que acreditavam se tratar de um mendigo morto ou bêbado.

Uma Blazer cinza patrulhava lentamente as proximidades, quando um de seus patrulheiros avistou a viatura responsável pela área parada, giroflex acionado, um homem desfalecido. Reconheceu-o de pronto.

Domingues seguia ao volante da viatura RONE, como em uma sequência de imagens em câmera lenta. Recordou do olhar de seu antigo chefe de serviço, que refletira o vermelho do giroflex como sangue se espalhando por suas retinas... agora o vermelho se espalhava sobre a farda, sobre a calçada.

Sim, Curitiba limpava suas próprias sujeiras, pensou.

Lembrou dos memoráveis momentos em que patrulharam o centro da cidade, dos confrontos armados em que Sonali bradava ordens de forma estável aos seus comandados, das gargalhadas no interior da viatura diante de situações que só uma equipe policial poderia presenciar, uma equipe de ronda ostensiva de natureza especial.

Viu-se sentado naquele mesmo volante daquela viatura, que agora possuía novo comandante, e Sonali golpeando-o no ombro, ambos rindo de uma orientação que Sonali dera a uma mulher vítima de agressão doméstica.

Recordou, com profunda consternação, quando recruta, do sargento sério, apresentando-lhe Rose, sua fiel amante, sob o olhar gracioso dos mais antigos policiais da equipe.

Sim, aquele homem caído como um mendigo era Sonali, um sargento exemplar, honrado, morto por acreditar que cumpria aquilo que prometera no dia da sua formatura no pátio da Academia Policial Militar do Guatupê: defender a sociedade com o sacrifício da própria vida.

TEXTOS EXTRAÍDOS DO INQUÉRITO POLICIAL-MILITAR INSTAURADO PELA COMPANHIA DE CHOQUE DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Declaração de Delma Tavares, viúva da vítima Mauro Tavares:

... no dia anterior à morte de meu marido, tive a impressão de que havia algo errado com o sargento. Brincávamos ao abrir a porta de nosso apartamento e nos deparamos com ele. Sua atitude foi agressiva, acreditava que Mauro havia me agredido, mas não existia razão para isso...

... no dia do homicídio, estava sentada, almoçando, quando ouvi um estouro vindo da porta. O sargento Sonali entrou na sala, disparou dois tiros em Mauro, também sem motivo aparente... lembro que mencionou algo antes de atirar. Somente consegui gritar quando o policial sumiu pela porta da frente. Fiquei desesperada, perdida...

Declaração de Suzana Golfim Cavalieri, viúva de Décio Moura Cavalieri:

... era nosso aniversário de casamento, Décio havia me levado à joalheria Bergerson, onde nos encontramos por acaso com Lourenço, seu irmão...

... aquele homem sacou uma arma, gritou e disparou contra meu marido, creio que pensou que estávamos assaltando o local. Meu cunhado correu para a esquina e foi perseguido, mas felizmente escapou...

Declaração de Fabrício Barbiere, motorista da Radiotáxi Curitiba, testemunha ocular:

... ele apareceu do nada, por detrás de uma árvore. Pediu de uma forma ensandecida para que eu mantivesse o silêncio, depois gritou para os garotos pararem de fazer algo que eu não consegui identificar o que era, pois o grupo conversava em paz no meio da Praça Tiradentes...

... um dos adolescentes aproximou-se para verificar se havia realmente alguém atrás da árvore, se era uma brincadeira de algum outro colega, quando foi atingido com dois tiros...

Declaração do Soldado QPM 1-0 Jonatam Silvestre, ferido em serviço:

... deslocava-me para a troca de equipe, quando avistei um velho advogado fumando um charuto na companhia de outro mais jovem, que vim a descobrir mais tarde se tratar de seu filho, ser alvejado por um tiro de uma arma calibre 12, por alguém que se ocultava no interior de um veículo Palio Weekend...

... o assassino desceu, trajando um longo sobretudo e a segunda vítima, o rapaz, aflito pela morte do pai, mostrou-lhe as mãos vazias pedindo clemência, quando foi alvejado com outro disparo. Nesse meio tempo, fiz dois disparos de pistola, um atingindo o vidro do veículo e outro, as costas do sargento Sonali que, para mim, até então, era um marginal. Ao virar-se identifiquei, pela fresta de sua capa, a farda, e fiquei confuso. Só despertei quando o sargento golpeou a sua PUMP e percebi que eu iria morrer. Então, realizamos um disparo ao mesmo tempo, porém, sua arma encontrava-se descarregada e o atingi mais uma vez no estômago...

... quando me aproximei, o sargento permanecia de joelhos, costas arcadas, e sussurrava algo como: *você vai morrer, porco filho da puta*. Mais tarde, acordei no hospital da Polícia Militar, onde fui submetido a uma cirurgia.

Conclusão do I.P.M. na Vara da Auditoria de Justiça Militar: ARQUIVADO.

SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS MILITARES



Coronel QOEM PM MARCO Antonio da Silva[7]

O presente texto consiste em um resumo do artigo intitulado “O suicídio entre policiais militares na Polícia Militar do Paraná: esforços para prevenção”, deste próprio autor em parceria com Helen Paola Vieira Bueno, publicado na *Revista de Ciências Policiais da APMG* em 2017.

A obra analisa a ocorrência do fenômeno no âmbito da Polícia Militar do Paraná e apresenta reflexões sobre fatores de risco, medidas preventivas e estratégias institucionais voltadas à valorização da vida e à promoção da saúde mental dos profissionais de segurança pública.

1 Suicídio: problema de saúde global

O suicídio é um fenômeno multideterminado e complexo, que não pode ser atribuído a uma única causa isolada ou motivo simplista. Ele se caracteriza como o ponto final de uma série contínua de pensamentos e comportamentos suicidas, sendo o ato derradeiro resultante de uma complexidade composta por fatores genéticos, biológicos, psicológicos, sociais, culturais e históricos acumulados à biografia e à singularidade do indivíduo. Em âmbito mundial, a Organização Mundial da Saúde (OMS) o caracteriza como um importante e alarmante problema de saúde

[7] Militar Estadual da Ativa da PMPR (Coronel QEOPM). Graduado em História pelas Faculdades Integradas Espírita. É Psicólogo formado pela PUC/PR, com especialização em Psicologia Jurídica, também pela PUC/PR, e em Saúde Mental pela Universidade Católica Dom Bosco de Campo Grande/MS. Especialista em Gerenciamento de Crises e Negociação em Crises Policiais. Autor de cinco obras na área de gestão de crises policiais. Trabalhou no Batalhão de Operações Especiais (BOPE) e na Casa Militar da Governadoria. Atualmente Diretor de Educação Corporativa (DEC). Membro Fundador/Efetivo da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná (Titular da Cadeira 9).

pública global. A magnitude do fenômeno se torna ainda mais evidente quando se analisa o indicativo de que as tentativas de suicídio são substancialmente mais frequentes do que os casos consumados, gerando impactos sociais altamente destrutivos nas redes de convivência.

Apesar do seu caráter devastador, o tema permanece imerso em uma variedade de mitos e é amplamente encarado pela sociedade atual como um problema tabu, que tende a ser escondido, evitado e empurrado para o silêncio. Essa barreira cultural gera sérios entraves no processo de notificação e no conhecimento da real dimensão do problema. O registro do suicídio configura-se como um procedimento complicado, que envolve múltiplas entidades. Na ausência de sistemas confiáveis e devido a imprecisões nas fontes de informação, muitos episódios são erroneamente classificados como acidentes ou óbitos ocasionados por outras condições de saúde. Além disso, o fato de o suicídio não ser visto socialmente como uma forma aceitável de morrer leva os próprios familiares a mascararem a existência do ato, motivados por sentimentos dolorosos, vergonha ou culpa, o que resulta em uma severa subnotificação nas estatísticas oficiais.

No cenário da segurança pública e das forças institucionais, a problemática assume contornos teóricos ainda mais graves. Estudos internacionais e nacionais indicam de forma consistente que membros das forças policiais e de corporações militares apresentam uma tendência a um risco de morte por suicídio mais elevado do que o encontrado na população em geral. Pesquisadores apontam que essa vulnerabilidade ocupacional está associada a explicações específicas, que combinam o conhecimento técnico e o acesso constante a meios letais, estressores crônicos intrínsecos à profissão, uma forte tendência ao adoecimento psíquico em certas categorias e o impacto cumulativo de crises nos relacionamentos interpessoais acopladas às pressões do próprio trabalho.

Como a maioria das pessoas que entra em crise, o policial militar costuma recorrer ao autoextermínio como uma resposta inadequada a enormes problemas pessoais ou profissionais que ele sente que não podem mais ser administrados ou resolvidos. No entanto, ao contrário do cidadão comum, os profissionais de segurança pública são especial e emocionalmente ligados aos seus papéis funcionais e às suas identidades corporativas, o que os faz reagir de maneira extremamente drástica e desproporcional quando seu status social, sua autoridade ou sua integridade moral perante a instituição e os pares são ameaçados. O

sofrimento psíquico severo e a sensação de desamparo transformam o ato fatal em uma tentativa de estancar a dor, gerando um rastro visível e incomensurável de isolamento, culpa e tristeza que afeta profundamente todo o seu ciclo social.

2 O trabalho policial e o suicídio

A atividade policial militar é intrinsecamente permeada por riscos reais de morte e por uma profunda sobrecarga física e emocional decorrente de sucessivas cobranças sociais e institucionais. O estresse dessa profissão é único e constante, uma vez que o policial opera sob uma lógica em que nunca está verdadeiramente de folga, agindo mesmo diante de riscos em momentos nos quais a maioria das pessoas se omitiria. Esse cenário força o profissional a atuar continuamente em ambientes de alta frustração, perigo iminente e exposição à violência crônica, gerando um desgaste físico, emocional e psicológico cumulativo que pode oprimir até mesmo os indivíduos considerados mais fortes.

Além disso, o processo de socialização e reformulação da identidade (que muitas vezes se inicia antes mesmo do ingresso na academia) impõe a exigência de uma “máscara” funcional de controle emocional inabalável diante de circunstâncias altamente extremas. O policial lida diariamente com mensagens ambivalentes da corporação e da sociedade, que alternam sentimentos conflitantes de admiração e desprezo, carinho e hostilidade. Essa dinâmica segregadora e a subcultura machista corporativa geram um isolamento social altamente prejudicial e um estilo de convivência voltado ao silêncio, onde admitir o sofrimento ou a ideação suicida é interpretado erroneamente como perda de controle ou fraqueza. Quando essa lentidão no acúmulo de estresse e desmoralização acelera abruptamente e o sofrimento psíquico ultrapassa o limite do suportável, a conduta autodestrutiva surge como uma busca pelo fim da dor mental, tragicamente potencializada pela impulsividade e pelo fácil acesso e familiaridade com a arma de fogo, que passa a ser vista de forma perturbada como um meio de extinguir o mal que causa sofrimento.

Indivíduos com intenções suicidas costumam emitir sinais que podem se manifestar de forma sutil ou explícita. Essas manifestações são divididas em pistas verbais e comportamentais, que frequentemente aparecem misturadas no cotidiano do profissional:

> Pistas verbais**:** incluem autoameaças diretas ou indiretas; ameaças direcionadas a terceiros como reflexo de hostilidade interna; expressões de perda de controle e insubordinação; sentimentos declarados de derrota e sobrecarga; falas que demonstram a percepção de falta de opções; e uma atração mórbida ou fascínio por notícias de mortes violentas e suicídios;
>
> Pistas comportamentais**:** envolvem gestos autodestrutivos (como simular o cano de uma arma na cabeça); o ato contraditório de entregar a arma de trabalho a um colega ou, inversamente, o acúmulo excessivo de armas para proteção; a exposição a riscos desnecessários em serviço (agir sem reforço ou sem proteção); violações frequentes de regras, atrasos e insubordinação; e os preparativos finais, tais como despedidas repentinas, doações excessivas e confecção de testamentos. O alerta comportamental mais contundente continua sendo uma tentativa anterior de suicídio.

A detecção precoce dessas pistas assume um papel vital, uma vez que o declínio psíquico do policial costuma ser mascarado pela relutância em buscar auxílio voluntário. A atenção mútua entre os colegas de trabalho e a capacitação para decodificar esses sinais silenciosos constituem o primeiro passo essencial para viabilizar o encaminhamento para o suporte especializado.

Diante disso, constata-se que a crise suicida no meio policial militar não se origina de um evento isolado, mas sim do colapso da capacidade de enfrentamento do indivíduo perante uma avalanche de estressores cumulativos. O confronto constante com o limiar do erro procedimental, o medo da rejeição dos pares e a iminência de se deparar com incidentes críticos de resultados trágicos geram sentimentos profundos de impotência e fracasso. Quando os mecanismos psicológicos normais de adaptação falham e o sentimento de desesperança se consolida, o suicídio passa a ser vislumbrado de forma distorcida como uma alternativa atraente para aliviar as pressões do cargo e interromper o fluxo de sofrimento, transformando o que deveria ser um instrumento de proteção social em um vetor de tragédia pessoal e institucional.

3 Prevenção do suicídio policial militar

A prevenção do suicídio no ambiente policial militar é uma necessidade imperiosa e urgente, uma vez que o sofrimento psíquico desses profissionais não pode permanecer invisível aos olhos dos comandantes e de seus pares. Esse desafio não deve ser tratado como um problema exclusivamente médico ou

psiquiátrico, mas sim como uma responsabilidade de toda a comunidade, de suas organizações e de seus gestores.

Para que as estratégias preventivas sejam eficientes, as corporações precisam pautar suas ações no mapeamento detalhado e na intervenção direta sobre os fatores de risco. De acordo com a literatura, embora existam fatores constitucionais e hereditários que não são passíveis de mudança (como idade, sexo e genética), há elementos cruciais que podem e devem ser modificados ou corrigidos. Estes se dividem entre fatores ligados a condições endógenas passíveis de controle (como o tratamento de doenças físicas e mentais) e fatores associados a hábitos e ambientes, tais como o isolamento social, o estado civil, o desemprego ou a aposentadoria, o abuso de álcool e outras substâncias psicoativas, e, fundamentalmente, o acesso facilitado aos métodos e seu alto grau de letalidade.

Como a subcultura policial exerce grande influência sobre seus integrantes, um trabalho integrado dos vários segmentos da corporação torna-se fundamental. Diante disso, as ações institucionais eficazes devem ser estruturadas em diretrizes amplas e sinérgicas que incluam:

> Formação e treinamento educacional: é indispensável incorporar a educação sobre a identificação dos sinais de alerta de suicídio como uma parte regular e obrigatória dos programas de saúde mental. Treinar os policiais militares para reconhecerem as pistas verbais e comportamentais em seus pares é o primeiro passo essencial para tirá-los da zona de risco iminente;
>
> Programas de saúde mental: implementação de serviços estruturados que atuem no diagnóstico precoce (por meio de avaliações e testes), no tratamento psíquico especializado (ansiedade, depressão, estresse pós-traumático e dependência química) e no acompanhamento contínuo dos policiais em situação de risco;
>
> Quebra de barreiras culturais: combate enérgico à subcultura do “estilo machista” que desencoraja o profissional a demonstrar vulnerabilidade ou a buscar ajuda por medo de parecer fraco.

A política institucional de prevenção não pode se limitar ao atendimento clínico reativo nas unidades de saúde; ela deve ser reconhecida como uma prioridade absoluta do comando superior. Isso significa que a prevenção ao comportamento suicida e as pesquisas na área devem ser formalmente inseridas no planejamento estratégico e nas diretrizes gerais da instituição, quebrando o silêncio corporativo sobre o tema.

Salvar os integrantes da autodestruição por meio de esforços integrados e campanhas de sensibilização é uma questão humanitária. Um policial militar só conseguirá desempenhar suas funções adequadamente e prestar um bom serviço à sociedade se estiver em condições psicológicas adequadas para o exercício profissional; se estiver mentalmente comprometido, ele tenderá a se colocar em risco e a arriscar a vida dos cidadãos aos quais jurou proteger.

Conclusão

Em suma, o artigo referenciado evidencia que o suicídio entre policiais militares representa um relevante desafio institucional e de saúde pública, cuja prevenção exige a compreensão das vulnerabilidades inerentes à atividade policial e à saúde mental. Os autores destacam que a mitigação desse fenômeno depende da superação da cultura da infalibilidade e do fortalecimento de políticas contínuas de valorização dos recursos humanos.

Somente por meio do acolhimento das vulnerabilidades, do investimento em programas preventivos eficazes e da quebra do silêncio corporativo será possível fortalecer a proteção e o bem-estar daqueles que dedicam suas vidas à segurança pública.

Referências

SILVA, Marco Antonio da; BUENO, Helen Paola Vieira. O suicídio entre policiais militares na Polícia Militar do Paraná: esforços para prevenção. Revista de Ciências Policiais da APMG, São José dos Pinhais, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2017.

HINO DA CIDADE DA LAPA/PR



Ten.-Cel. QOEM PM João Carlos TOLEDO Júnior[8]

Junto a Dulcídio e Carneiro
No Cerco da Lapa, um dia
Mostramos ao mundo inteiro
Que a nossa gente sabia
Pela justiça e o direito
Lá nos campos de batalha,
Pelejar peito a peito
Ao rouco som da metralha

Que campos verdes, que alegre terra
Terra mais bela que esta não há;
Quantas riquezas no seio encerra
A linda Terra do Paraná!

[8] Militar Estadual (Ten.-Cel. QOEM PM). Atualmente lotado na Coordenadoria Estadual da Defesa Civil. Presidente da Câmara Temática de Cultura e História da PMPR (Out./2022 a Ago./2025). Graduado em Direito. Pós-graduado em Direito Militar, em História Militar e em Regime Próprio de Previdência Social e Direito Previdenciário Militar. Mestre em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública (PMESP). Instrutor no Curso de Formação de Oficiais e Praças (PMPR). Membro Efetivo/Fundador da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná, Titular da Cadeira - 12 (Cel. PM Dagoberto Dulcídio Pereira), Membro Correspondente da Academia de Letras dos Militares Estaduais de Santa Catarina e da Academia de Letras dos Militares Estaduais da Paraíba. Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Membro da Legião Paranaense do Expedicionário. Membro da Associação Nacional dos Veteranos da FEB.

Como é feliz quem caminha
Assim denodadamente
Pronto sempre em toda linha
Gesto firme, olhar em frente
Bendita seja essa imagem
Da Pátria sonora e bela
Que orgulho de ter coragem
Para poder defendê-la

Que campos verdes, que alegre terra
Terra mais bela que esta não há
Quantas riquezas no seio encerra
A linda terra do Paraná

Cair no combate exangue
Dar pela Pátria querida
Em ondas, o nosso sangue
Em ondas, a nossa vida
É uma esplêndida vitória
Que arrebata e que consola
Dai-nos Senhor essa glória
Dai-nos Senhor essa esmola

Que campos verdes, que alegre terra
Terra mais bela que esta não há
Quantas riquezas no seio encerra
A linda terra do Paraná.

Música: Capitão PMPR Romualdo Suriani
Letra: Júlio Perneta

Com relação ao hino acima, cabe destacar que ele foi primeiro hino da Polícia Militar do Paraná, com o nome de “Cântico de Natal”[9]. Porém, na década de 80, o município da Lapa passou a usar como seu hino oficial, deixando de ser usado pela PMPR.

Ainda, no ano de 1982, a Canção “10 de Agosto” passou a ser o oficial da PMPR, com a letra de autoria do saudoso Cel. PM Rubens Mendes de Moraes e a música do 1º Ten. PM Mús. Antonio Alberto Ramos[10].

[9] Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Romualdo_Suriani. Acesso em: 18 jun. 26.
[10] b. Revogar o número 1, da Portaria nº 902/77 de 20 Jun. 77, que havia adotado o “Cântico de Natal” como Canção da Polícia Militar (Portaria do Comando-Geral nº 995, de 20 de dezembro de 1982).

CARTA AO ETERNO CADETE



Major QOEM PM Marcelo Trevisan KARPINSKI[11]

Cadete,
Se estás lendo isso,
talvez ainda marches no pátio,
de espadim em punho,
olhos atentos,
alma em formação.

Ou talvez já tenhas trocado o espadim
pela responsabilidade do comando
e carrega agora outras armas
mais invisíveis, mais pesadas.

Mas não importa o tempo.
Não importa o posto.
Você sempre será cadete.

Porque ser cadete não é uma etapa.
É uma condição da alma.

[11] Major QOEM da PMPR - Membro Fundador da ALMEPAR. Cadeira 14. Patrono: Cel. PM José Scheleder. Membro do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP). Mestre e Doutor em Educação. Bacharel em Direito – Pós-graduado em Administração e Administração Pública.

É a escolha de nunca deixar de aprender.

É o pacto silencioso com a honra,
mesmo quando o mundo debocha dela.

É a decisão de acordar, todos os dias,
com a farda alinhada por dentro
mesmo quando por fora a vida estiver bagunçada.

Lembro-me das primeiras marchas.
Dos coturnos novos rangendo na pedra.
Do peito explodindo de orgulho
ao ouvir o próprio nome
seguido de um número.

Lembro da primeira continência,
do primeiro grito de ordem,
do primeiro silêncio pesado do alojamento.

E lembro, sobretudo,
de quem eu estava me tornando.
Não era apenas um jovem aprendendo normas.
Era um espírito sendo moldado
pelo fogo da disciplina
e pela água da vocação.

O espadim Tiradentes...
Ah, o espadim...
Arma simbólica de quem ainda não comanda,
mas já protege.
Símbolo de quem ainda aprende,
mas já influencia.
Ele não corta, mas forma.
Não fere, mas firma.
Levá-lo à cintura não é vaidade, é liturgia.

É como carregar uma vela acesa no meio da noite,
sinalizando ao mundo:
“Eu sou feito para a Luz.”

Cadete,
Se um dia quiseres desistir
e esse dia pode chegar,
Lembra do primeiro dia
em que vestiu a farda.
Lembra do brilho nos olhos da sua mãe,
do aperto de mão do seu pai,
das lágrimas que ninguém viu,
e da coragem que você teve para começar.

Só começa quem já é gigante.
Só permanece quem tem missão.

Se um dia fores comandante,
não te esqueças de como era ser comandado.

Se um dia fores exemplo,
não te esqueças do silêncio
de quando ainda eras sombra.

E se um dia fores aplaudido,
não te esqueças de todos os dias
em que ninguém te viu...
mas Deus sim.

Ser cadete é para poucos.
Ser cadete para sempre...
é para quem entendeu tudo.

Você pode mudar de posto.
Pode entregar a espada.
Pode subir no comando-geral.

Mas a marcha que começa no coração
nunca termina.

Cadete eterno,
A missão continua.
A honra não passa.
E a farda da alma nunca se pendura.

Com admiração, irmandade e fé,

Marcelo Trevisan Karpinski

Eterno Cadete da EsFO
Alma Mater APMG
Servo de Deus
Marchando Sempre

REFLEXÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS AÇÕES DE POLÍCIA



Major QOEM PM Adirley WITTKOWSKI[12]

Os mais sólidos materiais de polícia comunitária que temos não afastam a necessidade de a Polícia Militar desenvolver suas ações regulares auxiliada pela presença do cidadão nas transmissões daquilo que lhes interessa resolver. Esse é um pressuposto básico para um bom direcionamento local das demandas de segurança pública que se lançam cotidianamente em cada localidade, urbana ou rural.

O serviço público de presença ostensiva de polícia não pode se furtar a avaliar essa importantíssima fonte de repasse das informações. Afinal, é certo que as preocupações das pessoas sobre o bom desenvolvimento da paz de convivência precisam ser avaliadas pela força pública.

Inúmeros desafios são lançados, portanto, sob essa perspectiva. A cada situação levantada ou levada à autoridade policial militar incidem tratos específicos para o melhor aprimoramento das estratégias de intervenção.

---

[12] Major da Polícia Militar do Paraná. Graduado pela Academia Policial Militar do Guatupê no Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (2007). Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2014). Especializado em Direito Processual e Penal pela Faculdade Educamais em parceria com o Instituto Superior Novo Ateneu de São Paulo (2019). Especialista em Planejamento e Projetos pela Polícia Militar do Paraná (2023). Acadêmico da Cadeira nº 15 da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná. Autor do livro "Anotações de direto civil aplicadas à atividade policial" (São Paulo: All Print, 2017, 180 p.). Docente da Academia Policial Militar do Guatupê, em disciplinas como Direito Civil Aplicado à Atividade Policial e Direito Processual Penal ao Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares. Atualmente está lotado na 1ª Seção do Estado-Maior da Polícia Militar do Paraná, na Subseção de Legislação.

Na visão orgânica institucional, inúmeras solicitações que chegam às autoridades envolvidas exigem adequado registro, avaliação, planejamento e cotejo com todas as possíveis soluções para os problemas que ingressam no âmbito operacional e administrativo. Deve-se, certamente, considerar que atendimento direcionado e profissional sobre as pendências comunitárias necessita perpassar pelo crivo técnico dos profissionais de segurança.

À medida que se vislumbram quais eventos, realmente, pertencem à competência plena, única e exclusiva da Polícia Militar, esforços táticos e operacionais internos, paulatinamente, mostram-se, muitas das vezes, os pontos de dedicação a resolver aqueles apelos externos. De outro modo, isto é, não se tendo as ações de alçada institucional, cabem os direcionamentos assistenciais de resolução, tais quais os contatos organizacionais com outros órgãos, entidades, líderes, poderes ou agentes de controle.

O panorama nacional de direção estratégica para as assistências relacionadas à participação popular nas ações de polícia, há longa data, salienta esse corpo consolidado de intervenção informativa. Basta observar, na origem, o texto constitucional atual, que aprofundou os direitos fundamentais do indivíduo, como o da segurança e propriedade, elencando-os, ainda, à garantia “dentro” da ordem geral regular das instituições, no muito conhecido tema do art. 144 da Carta Constituinte, quando este texto reproduz que a segurança pública deve ser assegurada pelo Estado, sem desconsiderar a responsabilidade de todos. Ainda mais, na estruturação orgânica dos órgãos por isso responsáveis, tem-se o alinhamento instituído nos documentos balizadores das atividades estatais de segurança, ou mesmo de ordem social, estruturados nas políticas, estratégias, diretrizes, princípios e objetivos nacionais.

Vê-se, pois, o estabelecimento da necessidade de escuta ativa dos cidadãos, para o planejamento e engajamento da ação de segurança social. Para não citar outros documentos, mera leitura da legislação que apresenta o Sistema Único de Segurança e a Diretriz Nacional de Polícia Comunitária, estabelecidos pela Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e pela Portaria nº 43, de 12 de maio de 2019, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, respectivamente, localiza essa estratégia de intervenção. Mais localmente, no Paraná, documentos como a Lei Estadual nº 20.866, de 9 de dezembro de 2021, que institui a Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, o Decreto Estadual nº 5.381, de 24 de outubro

de 2016, que estabelece o Regulamento dos Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEGs, a Resolução nº 243, de 22 de abril de 2025, que trata do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, e a Diretriz nº 15, de 3 de outubro de 2025, da 3ª Seção do Estado-Maior da Polícia Militar do Paraná, estabelecedora da Diretriz de Polícia Comunitária institucionalmente, igualmente reforçam o engajamento social como prática a ser seguida.

Tudo isso enaltece que a cidadania não pode ficar deslocada do seio do norte a ser dado à segurança pública. Trata-se de obrigação a ser observada pelos profissionais de segurança e, com muito mais afinco, pelos comandantes dessas forças.

No ponto em que as autoridades competentes têm as entradas das necessidades comunitárias mediante esse elo fortalecido de oitiva social, os inúmeros modos de apoio se resolvem através das estratégias técnicas internas. Reforço, engajamento, direcionamento, desdobramento, inteligência, foco, mensuração por evidências e tantos outros modelos de emprego podem ser estabelecidos.

As estratégias técnicas, na realidade, encerram o arcabouço profissional maior que a Polícia Militar pode enfrentar, e com muita maestria, tamanhos apelos sociais.

Associado às metodologias específicas que a instituição baliza para pôr fim aos problemas que se comunicam diuturnamente, engajam-se os controles e as reformatações das estratégias estabelecidas. Nesse campo, pois, as avaliações podem ser feitas e as devolutivas àqueles que inicialmente trouxeram as demandas se permitem oferecer.

Essa etapa final, então, retroalimenta o fluxo, ou seja, o ciclo de planejamento e aperfeiçoamento das ações subsequentes, sejam internas ou externas. A alavancagem da transparência ocorre como efeito fortalecedor do sistema.

É evidente que as avaliações que se fazem diuturnamente não podem desconsiderar os grandes indicadores de controle e mensuração. Contudo, a proximidade com o cidadão, verdadeiro destinatário da proteção social, é fator a ser igualmente sopesado. Por isso das adoções das melhores estratégias de escuta, avaliação, direcionamento e execução, com posterior conferência dos marcadores que se alcançam, terem que novamente ser ressaltados aos colaboradores iniciais.

Tal qual a marcação oficial da responsabilidade geral da sociedade na contribuição para a preservação da ordem pública é a transparência. Ditada pela acessibilidade das informações públicas, com as cautelas a respeito de dados sensíveis para a proteção dos envolvidos na participação do ecossistema aqui ilustrado, a administração policial tem o dever de prestação de contas social.

Apontada no eixo do compromisso de uso controlado da força disposta a partir da aprovação das leis que a resguardam, a instituição pública de segurança pertence à sociedade; é dela integrante; deve funcionar em seu benefício.

Em toda essa perspectiva, deslocar a avaliação da preservação da ordem pública somente para os responsáveis que integram a Polícia Militar deixa de fora o principal vetor dos direcionamentos de polícia. A boa prática de contribuição cidadã no meio dos diretores e agentes policiais conduz ao zelo e à atenção dos destinatários que sustentam a boa convivência. Os diálogos são eventos que interessam nesse contexto.

Notoriamente, todo filtro é necessário. Daí que as etapas avaliativas daquilo que é capturado por força do elo com a comunidade são iguais pontos relevantes da construção da boa segurança. Ideias ou comunicações que, desde a origem, sabem-se controversas, imorais, antissociais ou mesmo criminosas devem ser abolidas, conduzindo-se a estratégia de ação e operação policial sempre com ênfase à correção em todos os aspectos.

As preocupações locais da sociedade, no cenário micro, em nível de bairros e ruas, têm sua legitimidade e precisam ser consideradas no âmbito policial. Afinal, não são somente os grandes indicadores criminais que obrigam as instituições policiais a pautarem suas ações; as mazelas pontuais igualmente se relevam para o planejamento e execução das práticas de segurança global.

Nesse último ponto diríamos que aquela escuta ativa é um extremo trabalho de entrega dos serviços geridos no campo da preservação da ordem. Trata-se do momento de entrada das solicitações que, a partir de então, passarão a ser processadas tecnicamente, para o melhor agir em prol da resolução dos percalços comunicados. Com essa lógica, apresentam-se meios disponíveis que pertencem ao Estado, a partir dos recebimentos das informações e dos contatos comunitários, que inclui os próprios agentes públicos para tanto engajados, para a busca do resultado mais legítimo e ético possível.

No fim, o profissionalismo policial se revela como um conjunto de fatores. Não se resume exclusivamente às preocupações internas afetas ao bom treinamento, teórico e prático. É também arraigado à presteza para servir quem está fora, àquele convivente da sociedade que espera pelos bons trabalhos na preservação da ordem, seja nos grandes problemas criminais, além de fronteiras, divisas e limites, mas como igual relevância nos aspectos locais, ainda que nos "pequenos" delitos ou infrações à ordem.

A Polícia Militar desenvolve papel social fundamental em prol da sociedade, e não pode ser um fim em si própria. Por essa perspectiva, comandantes e agentes de polícia necessitam ter em mente a necessidade social como prumo para seus planejamentos e emprego.

O sistema de retroalimentação das demandas, iniciando com os contatos comunitários e encerrando com a reavaliação dos atendimentos, pode permitir engajamento comunitário tal que venha a se tornar prática muito útil. O atendimento contínuo, no ciclo aqui narrado, é fundamental, posto que a construção da melhoria contínua se permite como consequência.

De tudo resta concluir que as boas práticas adotadas nas políticas de atendimento de violência comunitária, de patrulha rural comunitária, de policiamento ostensivo rotineiro, de presença base em pontos de destaque conforme o cronograma de localidades com altos índices de infrações (muitas vezes tomados como "pontos quentes" ou "segmentos quentes"), de policiamento satélite, caracterizado pelo volume maior da ostensividade policial, entre outras iniciativas técnicas, não se anulam com as organizações sociais de apoio. Observatórios, conselhos da comunidade, grupos de intervenção, disque-denúncias, censos universitários, comissões de parlamentares, cercanias de vigilância eletrônica geral, sem excluir tantas demais iniciativas dos cidadãos, são os complementos necessários para blindar, igualmente, as pessoas com o alcance da tranquilidade, da ordem, da paz. Ferramentas criativas de alto nível, integradas com a polícia, só tendem a somar aos, e não anular, serviços de que a instituição pública se dispõe a manter permanentemente.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 191-A, 5 out. 1988. Seção 1, p. 1. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constiuicao.htm. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 111, 12 jun. 2018. Seção 1, p. 4-8. Disponível em: LEI Nº 13.675, DE 11 DE JUNHO DE 2018 - LEI Nº 13.675, DE 11 DE JUNHO DE 2018 - DOU - Imprensa Nacional. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria nº 43, de 12 de abril de 2019. Institui as diretrizes nacionais e o Manual de Polícia Comunitária. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 75, 18 abr. 2019. Seção 1, p. 61. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-43-de-12-de-abril-de-2019-72119348A Nº 43, DE 12 DE ABRIL DE 2019 - PORTARIA Nº 43, DE 12 DE ABRIL DE 2019 - DOU - Imprensa Nacional. Acesso em: 15 jun. 2025.

PARANÁ. Decreto nº5.381, de 24 de outubro de 2016. Cria a Coordenação Estadual dos CONSEGs no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária [...]. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, PR, n. 9.809, 25 out. 2016. P. 7-15. Disponível em: https://www.documentos.dioe.pr.gov.br/dioe/consultaPublicaPDF.do?action=pgLocalizar&enviado=true&dataInicialEntrada=25/10/2016&dataFinalEntrada=25/10/2016&numero=9809&diarioCodigo=3&submit=Localizar Oficial do Estado do Paraná. Acesso em: 26 jun. 2025.

PARANÁ. Lei nº 20.866, de 9 de dezembro de 2021. Institui, no âmbito do Estado do Paraná, a Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, PR, n. 11.075, 10 dez. 2021. P. 3-6. Disponível em: https://www.documentos.dioe.pr.gov.br/dioe/consultaPublicaPDF.do?action=pgLocalizar&enviado=true&dataInicialEntrada=10/12/2021&dataFinalEntrada=10/12/2021&numero=11075&diarioCodigo=3&submit=Localizaramento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná. Acesso em: 26 jun. 2025.

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Diretriz nº 015/2025-PM/3, de 3 de outubro de 2025. Diretriz de polícia comunitária. **Boletim-Geral**, Curitiba, PR, n. 188, 8 out. 2025. P. 7-23. Disponível em: https://portal.pm.pr.gov.br/boletins/preview/6756?q=015%2F2025&busca_exata=1&tipo_documento=boletim_geral&ano=2025&ordenacao=relevancia&page=2. Acesso em: 26 jun. 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Resolução nº 243, de 22 de abril de 2025. Aprova o “Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Paraná 2024-2034”. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, PR, n. 11.889, 24 abr. 2025. P. 470. Disponível em: https://www.documentos.dioe.pr.gov.br/dioe/consultaPublicaPDF.do?action=pgLocalizar&enviado=true&dataInicialEntrada=24/04/2025&dataFinalEntrada=24/04/2025&numero=11889&diarioCodigo=3&submit=Localizartamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná. Acesso em: 26 jun. 2025.

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL NA JUSTIÇA MILTAR ESTADUAL



1º Sargento QP PM Robyson DANILO Carneiro[13]

O desenvolvimento de um espaço de consenso no âmbito do Processo Penal brasileiro teve início há quase trinta anos, impulsionado de forma sensível pela Lei Federal nº 9.099/95. Esse diploma representou um marco importante ao fomentar a resolução consensual de conflitos penais de menor potencial ofensivo, buscando alternativas à judicialização e ao encarceramento tradicional por meio de institutos como a Transação Penal e a Suspensão Condicional do Processo. A evolução dessas alternativas consolidou uma tendência contemporânea de expansão da justiça negociada, posteriormente ampliada por novas medidas de mitigação da demanda punitiva estatal.

O Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) surge nesse cenário como um instrumento de política criminal em que o Ministério Público, avaliando a necessidade e a suficiência da medida para prevenir e reprimir o crime, decide pela sua celebração. Historicamente, o instituto teve sua gênese regulamentar na Resolução nº 181 de 2017 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), posteriormente alterada pela Resolução nº 183 de 2018. Essa primeira arquitetura normativa buscava promover maior celeridade e eficácia jurídica na fase preliminar,

---

[13] Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Ciência Jurídica – PPCJ/UENP, Especialista em Direitos Humanos e Cidadania pela UEPG, Bacharel em Direito pela Faculdade Estácio de Curitiba, e-mail: robysondanilo@hotmail.com. Professor/instrutor de diversos cursos de formação e especialização da Polícia Militar do Estado do Paraná. Membro efetivo da ALMEPAR – Academia de letras dos militares estaduais do Paraná.

com o viés explícito de diminuir o gargalo do acúmulo processual no Judiciário, desonerando-o de condutas de menor potencial lesivo para focar os recursos estatais nas lides criminais mais relevantes.

Com a promulgação da Lei nº 13.964/2019, popularmente conhecida como "Pacote Anticrime", o ANPP foi formalmente inserido e positivado no ordenamento jurídico pátrio por meio do artigo 28-A do Código de Processo Penal (CPP). Essa transição conferiu legalidade estrita e parâmetros rígidos para a autocomposição em matéria penal, estabelecendo uma alternativa viável ao início da ação penal propriamente dita.

NATUREZA JURÍDICA E REQUISITOS DO INSTITUTO

O Acordo de Não Persecução Penal é definido doutrinariamente como um negócio jurídico pré-processual, de natureza extrajudicial, firmado entre o Ministério Público e a pessoa investigada, devidamente assistida por seu defensor técnico (HONORI, 2023). O instituto baseia-se nos princípios da autonomia da vontade e da consensualidade, inserindo-se na lógica da chamada "Justiça Multiportas", na qual a atividade jurisdicional contenciosa clássica deixa de ser a única via de tratamento de disputas e pacificação social (STJ, 2020).

Para a proposta do ANPP, a legislação exige o preenchimento cumulativo de requisitos objetivos e subjetivos expressos no *caput* e parágrafos do art. 28-A do CPP (PACELLI, 2020):

- Ausência de arquivamento: A proposta pressupõe que haja elementos de materialidade e indícios de autoria aptos a justificar uma denúncia;
- Confissão formal e circunstanciada: O investigado deve admitir detalhadamente a prática da conduta delituosa;
- Infração praticada sem violência ou grave ameaça à pessoa;
- Pena mínima cominada inferior a 4 (quatro) anos, computadas as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto;
- Necessidade e suficiência da medida para a reprovação e prevenção do crime.

A lei estabelece hipóteses explícitas de vedação, tais como a aplicabilidade de transação penal nos juizados especiais, a reincidência ou comprovação de conduta criminal habitual, profissional ou reiterada, ter sido o agente beneficiado por

outro instituto despenalizador nos 5 (cinco) anos anteriores, ou em crimes decorrentes de violência doméstica ou familiar contra a mulher (LIMA, 2020).

Uma vez formalizado por escrito e assinado pelas partes, o acordo é submetido à homologação judicial em audiência específica para verificação de sua legalidade e voluntariedade (CAPEZ, 2024). O cumprimento integral das cláusulas ajustadas — que podem envolver reparação do dano, prestação de serviços à comunidade, prestação pecuniária ou outras condições proporcionais — resulta na declaração judicial de extinção da punibilidade, sem gerar reincidência ou constar em certidão de antecedentes criminais (LIMA, 2020). Em contrapartida, o descumprimento injustificado gera a rescisão do negócio e o subsequente oferecimento de denúncia (BRASIL, 1941).

A CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA ACUSATÓRIO E A EXIGÊNCIA DA CONFISSÃO

A introdução do ANPP reitera a opção do Estado brasileiro pelo fortalecimento do Sistema Acusatório, formalmente chancelado pela inclusão do artigo 3º-A no Código de Processo Penal, que veda a iniciativa do juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação (PALMIERI, 2025). No entanto, a exigência da confissão formal e circunstanciada em momento pré-processual suscita intensivos debates acadêmicos (LOPES JR., 2019).

Identificam-se duas correntes doutrinárias principais sobre o tema (PALMIERI, 2025). A primeira corrente reconhece a validade da exigência como uma garantia à própria administração da Justiça, assegurando que sanções alternativas não sejam aplicadas a indivíduos inocentes (PALMIERI, 2025). Por outro lado, uma vertente crítica argumenta que a obrigatoriedade da confissão em fase extrajudicial — momento em que ainda não se estabeleceu o contraditório pleno sob o crivo judicial — conflita substancialmente com o princípio constitucional da não autoincriminação (*nemo tenetur se detegere*) e o direito ao silêncio (SILVA JÚNIOR, 2021).

A problematização agrava-se na hipótese de rescisão do acordo por descumprimento: a confissão extrajudicial formalizada, ainda que não condicionada como “prova”, passa a integrar os autos, gerando o risco de atuar como elemento de convicção psicológica do julgador na ação penal subsequente (PALMIERI, 2025).

Para mitigar essa potencial colidência principiológica, defende-se uma atuação prudente e esclarecedora por parte dos operadores do Direito no ato da

negociação, resguardando os direitos individuais frente ao pragmatismo da justiça negociada (PALMIERI, 2025).

A APLICAÇÃO DO ANPP NA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

A aplicabilidade do Acordo de Não Persecução Penal no âmbito dos crimes militares gerou profundas controvérsias interpretativas na jurisprudência e na doutrina especializada, dividindo os tribunais e juristas em duas correntes fundamentais (ASSIS, 2021).

A primeira corrente, de viés restritivo, sustentava a impossibilidade absoluta de aplicação do instituto na esfera castrense (ASSIS, 2021). O principal argumento amparava-se na necessidade dogmática de preservação dos princípios basilares das instituições militares: a Hierarquia e a Disciplina (NEVES, 2014). Sob essa ótica, a transposição automática de uma medida despenalizante comum esvaziaria o caráter preventivo-pedagógico da sanção penal militar, comprometendo a regularidade e o rigor exigidos no ambiente das Forças Armadas e das Polícias Militares (NEVES, 2014).

Ademais, essa tese fundamentava-se na tese do "silêncio eloquente" do legislador, apontando que a Lei nº 13.964/2019 alterou dispositivos específicos do Código de Processo Penal Militar (CPPM), mas optou por não inserir a regulamentação do ANPP nesse diploma especial (AVENA, 2023). Essa omissão intencional demonstraria a incompatibilidade sistêmica do instituto com os delitos militares (AVENA, 2023), bem como a clara intenção do órgão legiferante, em deixar de fora as violações penais castrenses. Esse entendimento restritivo culminou, por exemplo, com a edição da Súmula 18 do Superior Tribunal Militar (STM), vedando genericamente o benefício na Justiça Militar da União (STM, 2020).

A segunda corrente, de caráter expansionista e alinhada à evolução contemporânea do Direito Penal Militar, defende a viabilidade plena do benefício aos integrantes das corporações militares (ASSIS, 2021). Os defensores dessa tese, como Renato Brasileiro de Lima e Jorge Cesar de Assis, argumentam que o caráter estritamente "castiço" do direito militar foi relativizado, sobretudo após o advento da Lei nº 13.491/2017 (ASSIS, 2021). Esta lei ampliou significativamente o conceito de crime militar, estabelecendo que qualquer conduta prevista na legislação penal comum pode ser enquadrada como delito militar caso praticada nas circunstâncias do artigo 9º do CPM (ASSIS, 2021). Portanto, afastar o ANPP baseando-se apenas

na ausência de previsão expressa violaria a harmonia interpretativa do ordenamento (ASSIS, 2021).

A jurisprudência consolidou que a omissão legislativa no CPPM deve ser suprida pela aplicação subsidiária da legislação processual comum, conforme expressamente autorizado pelo artigo 3º, alínea *a*, do diploma adjetivo castrense, desde que a medida não prejudique a índole do processo penal militar (STF, 2024). Outrossim, invoca-se o Princípio da Isonomia (Art. 5º, I, da CF/88): não se mostra razoável que um policial civil e um policial militar, praticando idêntico delito sem violência ou grave ameaça nas mesmas circunstâncias de serviço, recebam tratamentos processuais flagrantemente díspares, privando o militar estadual de uma alternativa política-criminal despenalizadora comum a qualquer cidadão (FOUREAUX, 2020).

O impasse jurisprudencial encontrou um marco definitivo de pacificação em decisão recente do Supremo Tribunal Federal, por meio do julgamento do Habeas Corpus nº 232.254 (PE), relatado pelo Ministro Edson Fachin (STF, 2024). A Suprema Corte superou a vedação abstrata da Súmula 18 do STM, assentando que tanto o CPP comum quanto o CPPM sinalizam para a possibilidade de celebração de ANPP na justiça especializada (STF, 2024).

Conforme o entendimento fixado, a restrição categórica e abstrata afronta a legalidade estrita; a viabilidade do acordo deve ser analisada em cada caso concreto pelo Ministério Público e pelo Judiciário, aferindo se as condições propostas são necessárias e suficientes para a reprovação da conduta, sem descurar da ordem e dos valores da vida castrense (STF, 2024). A discricionariedade das Promotorias de Justiça e o controle de legalidade dos Magistrados flexibilizam e dão harmonia ao instituto em sua aplicação na justiça militar.

REFLEXOS DA MEDIDA NO UNIVERSO CASTRENSE

A consolidação do ANPP como uma realidade prática no âmbito da Justiça Militar Estadual traz reflexos institucionais de relevância indiscutível (CABRAL, 2024). O instituto apresenta-se como uma alternativa consideravelmente mais branda para o militar sob investigação quando comparada aos rigores e estigmas decorrentes de um processo penal tradicional e de uma eventual sentença condenatória (CABRAL, 2024).

Para a Administração Militar, o acordo funciona como um instrumento eficiente de gestão interna e controle social das condutas. Ao exigir a assunção de obrigações civis e restritivas de direitos em crimes sem violência — como em delitos de desaparecimento, consunção ou extravio (Art. 265 do CPM), abandono de posto (Art. 360 do CPM) ou delitos contra a Administração Pública — o Estado atinge a responsabilização proporcional e individualizada do agente sem o desgaste emocional, o alto custo financeiro e o tempo de tramitação de uma ação penal militar (FOUREAUX, 2020).

Nesse contexto, torna-se imperioso destacar que o instituto alcança com forte impacto os crimes culposos (como homicídio culposo declinado da Justiça Comum e a lesão corporal culposa), haja vista que tais condutas, por indicarem reduzida reprovabilidade jurídica, regularmente têm cominadas penas que se adequam aos limites quantitativos do benefício.

Do ponto de vista humano e profissional, o ANPP confere uma "nova chance" ao profissional de segurança pública que praticou um delito de forma estritamente eventual e isolada em sua carreira (FOUREAUX, 2020). Mitigam-se, assim, os reflexos devastadores que um processo criminal impõe à trajetória funcional, à dignidade pessoal e à estabilidade familiar do militar estadual (FOUREAUX, 2020).

Longe de representar impunidade ou "cheque em branco" para arbitrariedades, a concessão do benefício resta estritamente limitada aos criminosos eventuais, blindando as corporações contra a habitualidade delitiva por meio do veto quinquenal de renovação do favor legal (LIMA, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Acordo de Não Persecução Penal consolidou-se como uma ferramenta de vanguarda na política criminal brasileira de despenalização e desencarceramento, refletindo as transformações metodológicas da cooperação e eficiência jurídica na era contemporânea.

No âmbito da Justiça Militar Estadual, sua aplicação representa o reconhecimento da condição do militar como sujeito de direitos fundamentais idênticos aos dos demais membros da sociedade civil, especialmente por conta da atuação direta dos policiais e bombeiros militares no cotidiano da sociedade.

O equilíbrio entre a preservação indispensável da hierarquia e da disciplina e a concessão de medidas despenalizadoras viabiliza-se pela atuação criteriosa e

parcimoniosa do Ministério Público no exame fático de cada caso. Em conclusão, o ANPP na esfera castrense promove a justiça restaurativa e a celeridade processual, harmonizando as prerrogativas de defesa com o superior interesse público de regularidade e eficiência das instituições militares.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Jorge César de. Comentários ao Código Penal Militar. 10. ed. Curitiba: Juruá, 2018.

ASSIS, Jorge Cesar de. A Teoria do Silêncio Eloquente: o novo canto da sereia ecoando na Justiça Militar. Disponível em: jusbrasil.com.br. Acesso em: 10 de maio de 2024.

AVENA, Norberto. Processo penal. 15. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. Código Penal Militar. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 out. 1969.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969. Código de Processo Penal Militar. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 out. 1969.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 13 out. 1941.

BRASIL. Lei nº 13.964, de 26 de dezembro de 2019 (Pacote Anticrime). Diário Oficial da União, Seção 1, 27 de dezembro de 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus nº 232.254 (PE). Relator Ministro Edson Fachin, Brasília, julgado em 29 de abril de 2024.

CABRAL, Rodrigo Leite Ferreira. Manual do Acordo De Não Persecução Penal. São Paulo: Juspodivm, 2024.

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2024.

FOUREAUX, Rodrigo. O Acordo de Não Persecução Penal na Justiça Militar. Observatório da Justiça Militar Estadual, 2020. Disponível em: observatoriodajusticamilitar.info. Acesso em: 21 maio 2024.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal: volume único. 8. ed. Salvador: JusPodivm, 2020.

LOPES JR., Aury. Direito processual penal. 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

NEVES, Cícero Robson Coimbra. Manual de direito processual penal militar: em tempo de paz. São Paulo: Saraiva, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal comentado. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PACELLI, Eugênio. Curso de Processo Penal. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

PALMIERI, Weber. Acordo de Não Persecução Penal: uma análise crítica à luz do direito comparado. São Paulo: Editora Dialética, 2025.

SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da. Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). Pacote anticrime: temas relevantes. Natal: OWL, 2021.

A HISTÓRIA DO CAPITÃO PM CLEMENTINO PARANÁ



Subten. PM Veterano IZAQUIEL Leal Miranda[14]



Foto 1**:** Cap PM Clementino Paraná

Imagem gerada pela ***I.A.****16/06/2026*

O Indomável guerreiro nasceu em Curitiba, a 16 de maio de 1870. Estudou somente as primeiras letras e trabalhou, na infância como tipógrafo do Jornal a

[14] Militar Estadual Inativo (Subten. PM RR). Bacharel em Pedagogia. Pós-Graduado em História e Geografia. Membro Efetivo/Fundador da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná (Titular da Cadeira – 17). Membro Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Autor dos livros "História dos Comandos e das Operações Especiais" (2018) e "Biografia do Capitão PM João Alves da Rosa Filho" (2018)

República, onde conseguiu aperfeiçoar a sua educação e conhecer ilustre figuras paranaense.

Durante o Império, fez-se militar por tradição familiar, já que seu pai era veterano Combatente da Campanha contra Rosas. Pelo seu exemplar comportamento e dedicação aos estudos, galgou logo a escala hierárquica e, após a Proclamação da República, já ostentava as divisas de 2º Sgt do Exército Nacional, dando sobejas provas de fervoroso defensor do regime instituído por Manuel Deodoro da Fonseca. Em 15 de maio de 1893, ao ser reorganizado o Regimento de Segurança do Paraná, foi nomeado Capitão Comandante da 4ª Companhia, por indicação do Coronel Cândido Dulcídio Pereira.

Logo no início de sua carreira policial militar revelou-se um valente miliciano na captura de famigerados bandidos que infestavam s sertões do Estado, tornando-se respeitado pelos fora-da-lei e estimados pelos seus comandados. Revolução Federalistas (1893-1894) – Em 31 de outubro 1893, Regimento de Segurança foi posto à disposição do Governo Federal e seguiu incorporado a Brigada sob o Comando do General Francisco de Paula Argolo para a fronteira com Santa Catarina, a fim de dar combate aos revoltosos que procederam do Rio Grande do Sul, pretendiam invadir o Paraná.

Combate do Rio da Várzea



Foto 2**:** Oficiais e os praças do Regimento de Segurança do Paraná

Imagem gerada pela ***I.A.****16/06/2026*

Na vila do Rio Negro, O Capitão Clementino Paraná tomou parte no primeiro combate travado com as forças revolucionárias, a 20 de novembro. A 22 daquele mês, com a sua Companhia transpôs o rio da Várzea e cortou a retirada dos revoltosos que se achavam entrincheirados à margem direita do referido rio. Conseguindo esse objetivo, colocou os federalistas entre dois fogos e fez, por essa ocasião, muitos prisioneiros, além de outros que pereceram afogados, tendo sido, por este feito, elogiado em ordem-do-dia do Comando em chefe pelos atos de distinta bravura e heroísmo.

No dia 24, o Coronel Carneiro decidiu retirar-se para a Cidade da Lapa, estabelecida como ponto de resistência nessa fronteira do Estado.

Lá, o bravo Capitão Clementino Paraná veio revelar-se os combates e novamente no campo de luta. Tomou parte em todos os combates travados em sua trincheira durante o sítio e, até o dia em fora ferido, portou-se com heroísmo calma e bravura, compartilhando com os soldados de sua companhia as penúrias do cerco e os riscos do combate. Ainda mais, foi sempre o primeiro na luta e não se afastou do perigo.

Combate da Estação Ferroviária

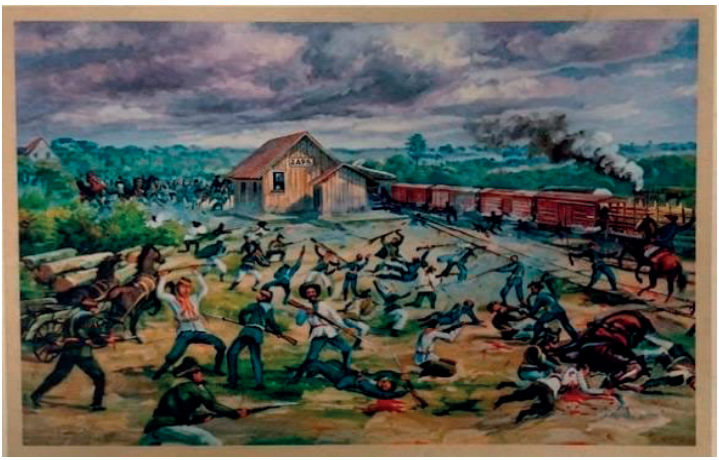


Foto3: Combate da fração de tropa comandado pelo Cap Clementino Paraná.

*Imagem gerada pela **I.A.**16/06/2026*

No dia 22 de janeiro de 1894, comandando uma fração de tropa de sua unidade, assaltou a estação da estrada de ferro da Cidade da Lapa, que se achava em poder dos revoltosos, onde, a tiro e coise de armas, expulsou os invasores, tendo nesse renhido combate sido ferido gravemente por um projetil que lhe atravessou o ventre. Por esse feito heroico, foi elogiado pelo Coronel Gomes Carneiro.

Ao todo, com o ataque da estação, havia a guarnição sitiada perdido 19 homens. Os federalistas abatidos voltaram às suas posições, deixando no terreno que tentaram conquistar, grande número de homens e animais, (cavalo) mortos e, em poder dos sitiados 10 prisioneiros. E a batalha continuou encarniçada com rasgo de heroísmo até a capitulação da Cidade da Lapa, ocorrida a 11 de fevereiro de 1894. As forças legais foram desarmadas e os rebeldes ocuparam a Cidade que tão gloriosa resistência ofereceu. Clementino Paraná e outros Oficiais legalista se refugiaram nos serões u seguiram com destino a São Paulo. Após a retomada do Estado pelas tropas florianistas, apresentou-se ao Comandante do Regimento de Segurança e, mesmo ferido, foi nomeado chefe da Praça de Morretes.

Clementino estava em Morretes quando chegou a notícia do fuzilamento ocorrido na serra do mar. Imediatamente dirigiu-se a cadeia local e soltou todos os presos que estava detidos aguardando julgamento como colaboracionista dos revolucionários. Soltou-os porque, como disse, preferia ser responsável pela fuga deles do que conservá-los presos para que fosse assassinado.

Restabelecida a ordem no Estado do Paraná e reorganizados o Regimento de Segurança, em maio de 1894, o Capitão Clementino Paraná voltou a exercer suas atividades normais no Quartel.

Recompensa, em 14 de agosto de 1894, o Marechal Floriano Peixoto houve por bem premiar os relevantes serviços prestados pelo audaz Policial durante a Campanha Federalista, comissionando no Primeiro Posto do Exército Nacional, (Alferes). Por tal motivo, a 6 de setembro do mesmo ano, foi excluído do Regimento de Segurança, tendo seu Comandante publicado a seguinte referência em sua ordem-do-dia.

"Determino que seja excluído do Estado efetivo do Regimento de Segurança por aquele motivo. Por esta ocasião cumpro o dever de ao separar-me de tão digno companheiro louvá-lo pelo bom êxito com que soube cumprir com o seu dever desde 15 de maio do ano próximo findo até a presente data, fazendo o Governo da União verdadeira justiça aquele que nas condições anormais porque passou a Nação, deu briosa demonstração de sentimentos de verdadeiro Soldado e defensor acérrimo da República".

Campanha de Canudos



Foto 4: *Oficiais do 29º Batalhão Almoçando durante a Campanha de Canudos, 1897*
Flávio de Barros albúmen - *Imagem gerada pela* ***I.A.****17/06/2026*

Retornando às fileiras do exército como oficial, passou a integrar o 39º Batalhão de Infantaria. Em 1897, voltava novamente ao Campo de batalha, seguindo para Canudos a fim de dar combate aos fanáticos de Antonio Conselheiro. Naquela campanha, teve a oportunidade de reafirmar as suas belas e valorosas qualidade, como se vê num tópico de sua certidão de assentamento, assim expresso:

*"*Determino " O cidadão Capitão Eduardo Augusto da Silva, Comandante do 39º Batalhão de Infantaria, em ordem do dia regimental de 7 de outubro de 1897, louvou-o pela bravura, valor, abnegação, coragem e sangue frio que demonstrou no assalto dado no dia primeiro contra o reduto dos revoltosos, naquela cidadela, (Canudos) e assalto subsequentes contra as últimas fortificações, do início das operações até o final da luta, onde firmou mais uma vez o seu valor militar demostrado no sitio da Lapa, (Cidade da Lapa/Pr.)" .

Como herói, e o povo curitibano ofereceu-lhe flores e levaram-no erguido nos ombros pelas ruas de da Cidade, ofertando-lhe uma medalha de *Honra ao Mérito.*

Em Curitiba, passou a viver uma vida pacata. Lá por 1900, já disputava a primazia de famoso taco da época, sendo frequentador assíduo do bilhar instalado na rua XV de Novembro, esquina com a Marechal Floriano, era parceiro inseparável de Carmelo Rangel, amigo de coração. Certo dia, deu-se um tiroteio com seu amigo

num café daquela rua. Clementino Paraná meteu-se na luta e saiu novamente ferido, tendo falecido um dos opositores.

Em 1904, talvez devido aquela ocorrência foi servir em Mato Grosso, onde o seu nome também passou a ser temido e respeitado pelos inimigos da tranquilidade pública. Mas lá também a vida calma e tranquila não durou muito tempo.

Campanha do Mato Grosso



Foto: 5 - Deposição do governador Antonio Paes de Barros, o Totó Paes.

*Imagem gerada pela **I.A.**17/06/2026*

Em 1906, eclodiu naquele Estado um movimento revolucionário Chefiado por Genero Ponce, O bravo Clementino Paraná, juntamente com toda a oficialidade dos batalhões estacionados em Corumbá, aderiu a famosa "***Legião Libertadora de Mato Grosso"***. No dia 16 de maio daquele ano, os correligionários de Ponce, comandados por Clementino Paraná, atacaram a milicia mato-grossense. Depois desse ataque, e já comissionado no posto de Coronel revolucionário, foi incumbido de revoltar a força federal sediada em São Luiz de Cárceres. Incorporando-a a revolução.

Clementino Paraná, homem decidido e bravo soldado, entrou pela madrugada com 50 homens em Cárceres, aprisionando em casas a Oficialidade sonolenta e atônitas. Irrompendo pelo Quartel, tomou conta a casa de armas assumiu o Comando. A guarnição cedeu diante de sua coragem. Em seguida, Clementino Paraná abarrotou a lancha Aricá e duas chatas com parte do efetivo e material

bélico do batalhão atacado, enviando por terra o grosso da tropa e retornando pelo rio Paraguai rumo a Cuiabá.

Ao meio do caminho, encontrou-se com o navio-aviso Antonio João, da Marinha de Guerra, requisitado às pressas pelo General Salgado, que decidira sair de sua inação e frustrar os planos de Ponce. Salgado intimou Clementino Paraná a render-se, através de 2 Oficiais parlamentares.

O Tenente, impetuoso, respondeu-lhe: Diga ao General que ele já foi revolucionário não se rende. Aludia a 1893, pois Salgado fora anti-florianista. Em Mato Grosso, Clementino Paraná foi Comandante Geral da Policia Militar daquele Estado e ali, como diz o Historiado David Carneiro, deu lições a muitos Generais, mesmo no território das armas.

Nesse cargo, aureolou-se, não mais com soldado, mais como Comandante. Dizem que a cada situação enfrentada correndo risco de vida em tiroteio, dizia: A morte e uma só. E tem que vir. Não adianta tentar fugir dela!

Reforma – Como revolucionário Clementino Paraná permaneceu até o final da campanha, voltando depois a integrar sua Unidade e a ocupar o antigo posto de 2º Tenente, no qual foi reformado em 1910, voltando a residir na Cidade de Morretes.

Em Curitiba, juntou-se novamente aos seus colegas de infância. Sua fama fazia com que temíveis bandidos, muitos dos quais havia enfrentado quando envergava a farda da Policia Militar, viesse até a Capital somente para conhece-lo e revê-lo. Apesar de ter prestado serviço de guerra e ter praticado atos suas de bravuras, foi injustiçado em suas promoções. Colegas seus de Campanha, anos depois ostentavam postos de Oficiais Superiores, ao passo que ele, simplesmente, foi reformado compulsoriamente no mesmo posto de 2º Tenente. Julgando-se prejudicado, requereu em 1911, a sua promoção por ato de bravura, tendo o supremo Tribunal Militar indeferido sua petição. Em 18 de dezembro de 1920, para assegurar os seus direitos e para que não prescrevesse a sua pretensão, lavrou, perante juiz federal, na seção do Estado do Mato Grosso, onde se achava, um protesto judicial. Em 1926, requereu novamente ao Supremo Tribunal Militar que sua antiguidade do primeiro posto de Oficial, fosse contada a partir de 14 de agosto de 1894, para efeito de melhoria de reforma, isto é, ser reformado no posto e com as vantagens pecuniárias que lhe competissem em consequências da contagem dessa antiguidade.

Assim, em vista das informações e mais documentos que apresentou, e que provaram exuberantes o que havia alegado, teve ganho de causa. Somente após vinte e dois anos, foram reconhecer o seu direito.

Seu falecimento



Foto 6: Panteão dos heróis da Lapa/Pr

Faleceu, com 68 anos de idade, o bravo militar no ano de 1938, na Cidade de Morretes, seus restos mortais repousam no Panteão dos heróis na Cidade da Lapa, ao lado de outros valentes companheiros do Regimento de Segurança do Paraná.

Referências

1 – Livro, Epopeia da Lapa – Cap PM João Alves da Rosa Filho, pág. 58 a 61- 1999.

2- Livro Galeria de Ontem e de Hoje – David Carneiro, pág. 16 - 1923

3. Pinturas em Telas de Daniel Freire, “Quadro Revolução da Lapa, Combate da Estação Ferroviária da Lapa, Combate do Rio da Várzeas. 1985 e 1999.

4 – Oficiais do 29º Batalhão de Infantaria, almoçando durante a campanha de Canudos- 1897

5 – Deposição do Governador Antonio Paes de barros, O Totó Paes.

6 – Almanaque dos Oficiais da Policia Militar do Mato Grosso – 2017.

7 – Panteão dos Heróis da Cidade da Lapa – https://pinnomapa.wordpress.com/2016

8 - https://museudeartesacra.org.br/2020/01/08/revolucao-de-1906

9 – Nas Fotos foram usadas Inteligência Artificial (I.A.) para melhorar as imagens

A PRESENÇA DA CHINA EM NOSSO COTIDIANO



Tenente-Coronel PM Veterano Gerson Luiz BUCZENKO[15]

Para muitos, os dias que hoje retratam uma realidade caótica e perturbadora pois, a geopolítica se transformou por completo. Não temos mais um cenário complexo como a da Guerra Fria, com um mundo polarizado entre URSS de um lado e EUA do outro. Vemos algo completamente diferente, tanto no Brasil, como em outros países e, em especial na Ásia. O mundo mudou, e muito.

Muitas gerações, como a minha, por exemplo, cresceram em um país subdesenvolvido, sob um regime ditatorial com forte influência da cultura norte americana. Essa influência chegava por meio do cinema, com filmes de toda a sorte, terror, ação, ficção, faroeste, romance, séries, enfim, naquela época tínhamos os pés no Brasil, mas os sonhos estavam Holywood ou na Disney. Quem que com mais de 40 anos hoje, não acompanhou de forma apaixonada a série Jornada nas Estrelas (Star Trek), ou então, veio a se emocionar com o Rocky Balboa, E. T., O Exterminador do Futuro, ou ainda com os desenhos animados como Pepe Legal, Tom e Jerry e Scooby Doo. Sem falar de outras influências que nos seguem até hoje como a Coca-Cola, que de lembrar seu nome, também nos faz rever seu efeito em nosso paladar.

Apesar da tecnologia ser bem precária, pelo menos, foi o meu caso, com uma infância pobre, primeiro veio o rádio ao redor do qual escutávamos as notícias, jogos

[15] Formado na Escola de Formação de Oficiais da PMPR no ano de 1987. Licenciado em História e Pedagogia. Especialista em História Cultural; Especialista em Formação de Professores para o EAD. Mestre e Doutor em Educação, com Estágio de Pós Doutorado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Atualmente é Professor Universitário no Centro Universitário Internacional Uninter. Ocupante da Cadeira 20 - Patrono: Cel. PM Antônio Michaliszyn.

de futebol, principalmente do Coritiba, e a voz do Brasil, depois, chegou a primeira televisão, sem cores, a geladeira, um fogão que nos fez deixar de lado o fogão a lenha, e alguns anos mais tarde, chegou a primeira Televisão colorida, foi uma sensação totalmente nova. O Telefone também foi uma tecnologia que se aproximou de nossa família, tínhamos, então, o "Orelhão", que ficava ao lado de um Bar e Mercearia, que servia a toda a vizinhança. Assim, a influência da cultura norte-americana se consolidou, pouco a pouco, e marcou a forma de ser, pensar e por que não dizer, de sonhar.

Naquela época, posso dizer, jamais imaginaríamos que um país como a China seria tão influente e capaz de afrontar o poder econômico, intelectual e tecnológico dos EUA. No entanto, esse é o cenário atual, apesar das limitações de informações a respeito disso. Raramente vemos em telejornais de grande audiência, ou ainda em redes sociais no Brasil, notícias sobre a presença da China em nosso país.

Vamos, então há algumas evidências. Segundo matéria publicada no G1[16], o Brasil recebeu um aporte de 6.1 Bilhões de dólares no ano de 2025, conforme levantamento compartilhado pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC). E, os setores que mais se beneficiaram foram energia, mineração e mobilidade elétrica. Ainda segundo a CEBC, nosso país correspondeu a 10.9% de todos os investimentos da China no exterior no ano de 2025, superando países como EUA, Indonésia e Cazaquistão.

Detalhando os investimentos temos:

- Setor de Eletricidade 1,79 bilhão de dólares;
- Mineração 1.76 bilhão de dólares;
- Mobilidade Elétrica 965 milhões de dólares;
- Inauguração da Fábrica da BYD na Bahia;
- Inauguração da Fábrica da GWM Brasil, em São Paulo;
- Parceria entre a Geely Auto e a Renault Brasil;
- Setor de Petróleo 804 milhões de dólares;

[16] Ver: **Brasil lidera investimentos chineses no mundo; veja os principais setores, disponível em:** https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/05/07/brasil-investimentos-chineses-2025.ghtml Acesso em: 29 mai. 2026.

- Entrada da China National Petroleum Corporation (CNPC) na Foz do Amazonas, em consórcio com a Chevron;

- Importação de 51.4 bilhões em produtos agrícolas do Brasil;

- As microempresas brasileiras consolidaram a China como principal origem de suas compras, com um crescimento de 479% em 2024, índice superior ao comércio com o mercado europeu e norte-americano.

Dessa forma, a presença da China em nosso país vai muito mais além da famosa "Casa China", presente em centenas de cidades brasileiras. Estamos vivendo um momento muito diferenciado com um aporte de recursos gigantesco, além de outras parcerias de ordem tecnológica e educacional.

Esse cenário, então, é recente e Segundo Freitas (2023, p. 39) "vale destacar que, nos anos de 2010 e 2011 a China não era a principal origem das importações brasileiras e sim os EUA, porém a partir de 2012 a RPC passa a ser o país que mais se destaca na pauta de importação brasileira, representando um percentual de 15,49% das importações em 2012 e chegando a quase 23% em 2021".

Essa parceria entre Brasil e China se manifesta, principalmente por meio de investimentos "sejam eles em infraestrutura energética ou de Tecnologias da Informação e comunicação, se configuram como as "novas ferrovias", que nada mais são que investimentos que permitem a expansão do capital chinês no Brasil. Dessa forma, a RPC constrói, em território brasileiro, condições para receber novas empresas chinesas ao mesmo tempo que permite (principalmente com o desenvolvimento do setor de TI e do setor de comunicações) ao brasileiro consumir os produtos chineses que dependem de uma infraestrutura tecnológica básica (Freitas, 2023, p. 68).

Ao direcionar nosso olhar para a Educação, notadamente, para o Ensino Superior na China, carro chefe de pesquisas, verifica-se que o cenário não é diferente, ou seja, houve um impulsionamento do potencial de universidades, por parte do Governo no sentido de obter novos patamares internacionais para as Universidades chinesas. Segundo Costa e Zha (2020) "O projeto 211 nasce em 1993, a partir de uma série de iniciativas do governo destinadas a fornecer apoio financeiro às 100 melhores universidades da China para alcançar o status de universidades "classe mundial". A intensificação de mais recursos em 1998 para um seleto grupo de universidades (inicialmente 9, e depois passando para 39), foi chamado então de projeto 985".

E, com essa perspectiva a China alcançou um grau de excelência na Educação Superior, com suas Universidades presentes no ranking de melhores Universidades do planeta:

Rank	Global Rank	Institution	Country	Sector
1	4	Harvard University *	USA	Universities
2	5	University of Chinese Academy of Sciences *	**CHN**	Universities
3	6	Zhejiang University *	**CHN**	Universities
4	8	Tsinghua University *	**CHN**	Universities
5	10	Shanghai Jiao Tong University *	**CHN**	Universities
6	11	Peking University *	**CHN**	Universities
7	12	Harvard Medical School	USA	Universities
8	18	Stanford University *	USA	Universities
9	25	Huazhong University of Science and Technology *	**CHN**	Universities
10	26	University of Oxford *	GBR	Universities
11	30	University College London *	GBR	Universities
12	32	Sichuan University *	**CHN**	Universities
13	33	Johns Hopkins University *	USA	Universities
14	39	University of Toronto *	CAN	Universities
15	40	Sun Yat-Sen University *	**CHN**	Universities
16	41	Massachusetts Institute of Technology *	USA	Universities
17	42	Central South University *	**CHN**	Universities
18	43	University of Michigan, Ann Arbor *	USA	Universities
19	45	University of Washington *	USA	Universities
20	46	Fudan University *	**CHN**	Universities

Fonte: Scimago Institutions Rankig, 2026. Disponível em

https://www.scimagoir.com/rankings.php?sector=Higher+educ.&page=1&country=all

Mas, aí vem uma pergunta que não quer calar, de onde vem toda essa perspectiva de futuro e direcionamentos para o crescimento econômico, social e cultural? A resposta está assentada em planejamento. De forma mais específica, na formatação de Planos Quinquenais (PQs), que tiveram início na década de 1970, no século XX.

Segundo Fleider e Oliveira (2024, p. 04) “Os PQs chineses podem ser definidos como a principal estratégia do país para o desenvolvimento econômico e social em nível de médio e longo prazos. Os documentos consistem em trazer os principais objetivos e medidas a serem tomados pelo Estado e sociedade chinesa para os próximos cinco anos, e são formulados e implementados por meio de um complexo processo que envolve diferentes níveis do governo e sociedade, para se chegar aos principais consensos da nação relativos ao que deve ser feito para alcançar o desenvolvimento. Tais planos são constituídos em fases ligadas a formulação, avaliação e consolidação de metas, e foram alterados substancialmente ao longo das mais de sete décadas nos quais foram implementados, passando por diversas fases.”

Segundo os Autores o sucesso ou êxito dos PQs se deram pelo cumprimento de metas, mesmo considerando as tentativas e os erros para as políticas planejadas, na gestão pública os resultados e o cumprimento das metas dos PQs foram instrumentos importantes para a promoção de funcionários e políticos, condições que vieram a garantir um aperfeiçoamento constante com foco nos resultados, situação que nos traz à nossa realidade atual, ou seja, da presença da China no Brasil de forma impactante, no entanto, sem a presença militar ou de agências de inteligência, sem a imposição de uma moeda ou de um idioma, e sem uma invasão cultural por meio dos meios de comunicação de massa e mídias sociais.



Fonte: Imagem criado por IA, 2026.

Brasil e China, uma aproximação que veio para ficar, a meu ver, e também uma condição que exigirá, aos poucos, mudanças em nossa sociedade buscando-se materializar essa aproximação para além dos interesses econômicos.

Referências

COSTA, Danilo de Melo; ZHA, Qiang. Chinese Higher Education: The role of the economy and Projects 211/985 for system expansion. Rev. Ensaio: aval. pol. públ. educ. 28 (109). Oct-Dec 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002802657

FLEIDER, Theo; OLIVEIRA, José A. Puppim de. Planejamento para o desenvolvimento: lições dos processos de planejamento na China. FGV EAESP, Cad. Gest. Pública Cid. v. 29. 2024. e90293 -ISSN 2236-5710. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cgpc/a/STBNwTb7gbcRckg9CfKZBxm/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 20 mar. 2026.

PITILLO, Pedro Vinícius Freitas. A presença chinesa na América Latina: a nova relação de dependência do Brasil com a China. 2023. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais. DOI: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.514. Disponível em https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/39308 Acesso em: 20 mai. 2026.

POESIAS – A MAGIA DO MAR E OUTRAS



1º Sgt. PM Veterana RITA do Rocio Alves dos Santos
(Pseudônimo: Rita Delamari)[17]

É difícil descrever sua grandeza
se fosse escrever não caberia
mas fica fácil admirar tua beleza
a olhar tal espetáculo que causa euforia.

Quando te vejo me sinto uma criança,
ignoro os problemas ora existentes
porque traz para mim esperança
na promessa com sinais evidentes.

Tu és tão majestoso e tão mágico
pois consegues unir continentes
mas, também testemunhou o trágico
no que trouxe risco aos seres viventes.

Acredito mais ainda, na existência de Deus
quando me vejo sempre a te deslumbrar.
Somente um pai daria aos filhos seus
um presente tão lindo na natureza... o mar.

[17] 1º Sgt. Veterana. Escritora e Poeta. Ocupante da Cadeira 23 - Patrono 1º Sgt. PM Modesto Mariano de Brito.

(*Publicado no livro “Das pedras as flores” (Ed. Íthala, 2011) Parte 2 - Diversas, pág. 48.(

TRAÇOS DE HELENA

Um talento desabrochava,
tamanha a sensibilidade,
cristalino, no poema A lágrima
que a doce Helena publicava.

Paisagem Interior, ao seu pai.
No piano, o seu universo!
Perceptível a vivacidade,
ao ensaiar os seus versos.

Com seu amor pela leitura,
lecionar, vontade incontida.
Qual um anjo de candura,
o sorriso da mestra querida!

Arauta, de uma síntese poética,
seu traço no Haicai ela deixou,
poemas de tanta beleza estética!
No Brasil, a senda desbravou.

Com firmeza e muita maestria,
a delicadeza de um colibri,
brilha cá, uma estrela e sua poesia:
Do Paraná, a nossa Helena Kolody!

(*Publicado na coletânea “Movimento Nacional Elos Literários - Vol. 3” (Ed. Alternativa, 2020), pág. 294.)

A MENINA NA JANGADA

E a rua se fez rio...
Na intenção de salvar-se
a menina, na jangada,
daquele lugar partiu.
Sem rumo, sem parada.

E naquele momento
sem agasalho,
tremendo de frio,
dali, não levou nada,
não deu tempo.

Mas aquela imagem
o mundo imprimiu...
A humilde pequenina
aos seus livros se agarrou.

A sua maior riqueza
coube em seus braços.
Seu bem mais precioso,
consigo ela levou.

O olhar fixo no horizonte
de uma criança
que enxerga um futuro
cheio de esperança.

(*Publicado no livro “Maré de Vênus” (Ed. Donizela, 2025) Parte II - A pétala de aço, pág. 98.)